

Deutsche Bank S.A. - Banco Alemão
Demonstrações financeiras em IFRS
em 31 de dezembro de 2022 e 2021

Deutsche Bank Brasil
Demonstrações financeiras
Referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de Reais)

Conteúdo

Relatório da diretoria - 1

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras - 7

Balanco Patrimonial – 12

Demonstrações de resultado - 14

Demonstrações dos resultados abrangente - 15

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido - 16

Demonstrações dos fluxos de caixa - 17

Notas explicativas às demonstrações financeiras – 18



Relatório da Diretoria

Introdução:

Senhores, Autoridades e Clientes,

Submetemos à apreciação de V.Sas. o Relatório da Diretoria e as Demonstrações Financeiras do Deutsche Bank S.A. – Banco Alemão (“Banco”, “Instituição”, “Deutsche” ou “Deutsche Bank Brasil”) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022. As Demonstrações Financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis descritas na Nota Explicativa nº 4.

Nosso objetivo com esse relatório é, além de cumprir as determinações legais, prestar mais informações sobre o desenvolvimento de nossos negócios.

Mensagem da Administração – CEO:

Este ano foi marcado por desafios geopolíticos e macroeconômicos sem precedentes. O conflito na Ucrânia, a crise energética na Europa, a inflação alta e crescente e o primeiro conjunto de aumentos das taxas de juros pelos bancos centrais resultaram em incerteza no mercado. Foi um ano em que os nossos clientes mais do que nunca precisaram de nós para os apoiar no acesso ao financiamento e à gestão dos seus riscos. Neste contexto, tenho o prazer de informar que o Deutsche Bank Brasil foi apoiado por uma injeção de capital da nossa empresa-mãe DBAG. O Deutsche Bank Brasil alcançou seus melhores resultados financeiros em 7 anos, graças à confiança de nossos clientes e outras partes interessadas. Também concluímos os primeiros financiamentos vinculados à ESG, ajudando nossos clientes e a economia brasileira em sua transformação para uma maior sustentabilidade. O ano de 2022 também foi marcado por um retorno à normalidade em um novo mundo de trabalho com os nossos funcionários retornando ao nosso escritório recém-renovado, em um modelo híbrido. Os resultados da pesquisa de satisfação da nossa equipe no Brasil foram excelentes. Também estamos orgulhosos por termos participado do programa D’nAWomen, educando mulheres jovens sobre o setor financeiro.

Gostaria de agradecer aos nossos clientes, funcionários e todas as partes interessadas pela confiança depositada em nós durante 2022.

Destaques do exercício:

- **Resultado do exercício**

No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, o Banco registrou Lucro Líquido (em milhares de Reais) correspondente a R\$ 256.141, equivalente a R\$ 0,23 por ação, e Rentabilidade sobre o Patrimônio Líquido (ROE) anualizada de 10,34%.

O lucro líquido do exercício foi impactado por um aumento expressivo no resultado bruto de intermediação financeira decorrente dos seguintes fatores: (i) aumento do resultado com operações



de crédito, aplicações interfinanceiras de liquidez e operações de câmbio, bem como (ii) reversões de provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito. Por outro lado, o resultado com operações de captação no mercado apresentou um aumento de aproximadamente 129% comparado com o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, impactando de forma negativa o lucro líquido de 2022.

Pela perspectiva das áreas de negócio presentes na estrutura, a área de Corporate Bank (empréstimos, fianças e cartas de crédito, financiamento à cadeia de suprimento, gestão de conta corrente e custódia) registrou resultados acima do esperado para o ano de 2022, devido a melhores retornos da carteira de crédito (principalmente em comissões) e ao impacto do aumento da taxa CDI durante o ano sobre o nível de depósitos a vista. Já a área de Investment Bank (mesas de câmbio, derivativos, estruturação e renda fixa) foi impactada pelas condições e volatilidade do cenário macroeconômico, apresentando uma performance abaixo do esperado para final do ano. A injeção de capital no final do ano de 2021 também proporcionou à ambas áreas de negócio uma maior capacidade de oferta de produtos à nossos clientes durante o ano, gerando um ambiente propício para novos negócios em 2023. A alta da taxa CDI durante o ano também impactou significativamente os ganhos referente aos juros sobre o capital.

É importante ressaltar que em 2022, o Lucro Líquido também foi impactado por maiores custos administrativos e preço de transferência, o primeiro teve como maiores razões o aumento de impostos sobre receitas, custos de remuneração devido ao aumento do quadro de funcionários e provisões para casos judiciais; já os valores de preço de transferência foram impactados pelo reconhecimento de custos de plataformas globais alocados para a entidade local de acordo com os serviços prestados.

- **Patrimônio Líquido**

O Patrimônio Líquido encerrou o exercício de 2022 em R\$ 2,5 bilhões, comparado com R\$ 2,3 bilhões em dezembro de 2021.

- **Patrimônio de Referência e Índice de Basileia**

De acordo com a Resolução CMN nº 4.955/21, o Banco apurou um Patrimônio de Referência no valor de R\$ 2,5 bilhões em dezembro de 2022 (dezembro de 2021 – R\$ 2,2 bilhões). Em 31 de dezembro de 2022, o Índice da Basileia e a Razão de Alavancagem do Banco, cujos cálculos são definidos pelo CMN e Bacen, foram apurados em 29,32% e 16,02%, respectivamente (dezembro de 2021 – 29,60% e 17,96%, respectivamente).

Ativos e fontes de recursos:

No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, o Banco apresentou um total de ativos de R\$ 17,5 bilhões (dezembro de 2021 – R\$ 11,8 bilhões).

No Ativo, destacamos as seguintes linhas de variações em instrumentos financeiros no exercício:



- Títulos e valores mobiliários – Aumento no portfólio em aproximadamente R\$ 560,2 milhões originados, principalmente, da carteira de títulos mantidos até o vencimento.

Ao final do exercício o Banco possuía R\$ 555,5 milhões em valores mobiliários na categoria “mantidos até o vencimento”, conforme Circular nº 3.068/01 do Banco Central do Brasil. O Banco tem a capacidade financeira e intenção de mantê-los até o vencimento;

- Derivativos – Aumento no portfólio em aproximadamente R\$ 2,0 bilhões, decorrente substancialmente das variações dos valores de mercado (PTAX) e pelo registro de novas operações de termo de títulos públicos; e
- Carteira de câmbio/arbitragem (incluindo adiantamentos sobre contratos de câmbio) – O saldo da carteira em dezembro de 2022 apresentou um aumento de R\$ 3,1 bilhões decorrente, principalmente, da variação nas operações de arbitragem.

No Passivo, destacamos as seguintes linhas de variações em depósitos e demais instrumentos financeiros no exercício:

- Derivativos – Aumento no portfólio em aproximadamente R\$ 1,3 bilhões, decorrente substancialmente das variações dos valores de mercado (PTAX) e pelo registro de novas operações de termo de títulos públicos;
- Obrigações por empréstimos e repasses – Aumento de aproximadamente R\$ 1,9 bilhões, decorrente, principalmente, do aumento em obrigações por tomada de linha junto à entidades ligadas sediadas no exterior; e
- Carteira de câmbio/arbitragem (incluindo adiantamentos sobre contratos de câmbio) – O saldo da carteira em dezembro de 2022 apresentou um aumento de R\$ 2,8 bilhões decorrente, principalmente, da variação nas operações de arbitragem.

Governança Corporativa – Comitê de Auditoria:

Em cumprimento à Resolução CMN nº 4.910/21, encontra-se instalado o Comitê de Auditoria do Banco (“Comitê”), ao qual compete, dentre outras atribuições, zelar pela integridade e qualidade das demonstrações financeiras do Banco, pelo cumprimento das exigências legais e regulamentares, pela atuação, independência e qualidade dos trabalhos da auditoria externa e interna e pela qualidade e efetividade dos sistemas de controles internos.

O relatório que contempla as atividades exercidas pelo Comitê acompanha as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2022, as quais foram aprovadas por esse Comitê em reunião realizada em 27 de março de 2023.



Gestão Corporativa de Risco:

Visando o cumprimento das diretrizes estabelecidas pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) e pelo Banco Central do Brasil (BACEN) quanto à adequação aos princípios de Basileia III, a Instituição vem atualizando suas estruturas tecnológicas, administrativas e de pessoal, cumprindo o cronograma delineado pelos reguladores, quanto à obtenção e divulgação de dados qualitativos e quantitativos utilizados nos cálculos e nas análises dos riscos de crédito, de mercado, de liquidez, operacional, social, ambiental e climático.

Mensalmente são realizadas reuniões de comitês específicos para acompanhamento e avaliação dos riscos, com o objetivo de identificar a eficácia dos controles e mitigadores de riscos, bem como a aderência dos procedimentos às normas instituídas, internas e externas. Esses processos buscam adequar as melhores políticas de alocação dos recursos em ativo e passivo administrados pelo Banco, concomitantemente com os melhores princípios de gerenciamento de riscos e controles internos, inclusive quantificando a alocação de capital que assegure a manutenção e expansão das linhas de negócios do Banco. Tais procedimentos, em conjunto com processos continuados de aprimoramento dos controles internos, têm objetivos direcionados a subsidiar a diretoria executiva, órgãos supervisores, auditorias e clientes do Banco, de informações que delineiam a gestão corporativa dos riscos e controles internos, baseada em políticas, normas e instrumentos implementados pela Administração, bem como nos preceitos normativos vigentes determinados pelas Autoridades Monetárias.

Conforme determinado pelo Banco Central as estruturas das áreas de gestão de riscos e gerenciamento de capital do Banco, assim como a divulgação das informações referentes à gestão de riscos, Patrimônio de Referência Exigido (PRE) e à adequação do Patrimônio de Referência (PR) estabelecida pela Circular nº 3.678/13, revogada a partir de 01/01/2020 pela Circular nº 3.930/19, no âmbito da Resolução nº 4.557/17, também estão disponíveis no endereço de acesso público: <https://www.db.com/brazil/index.html#governancacorporativa>.

Atuação:

Presente no Brasil desde 1911, o Deutsche Bank é um banco múltiplo com carteira comercial e de investimento. No país, atua na estruturação de operações no mercado financeiro, além de operações de tesouraria e financiamento. Oferece também serviços de gerenciamento de caixa, câmbio e derivativos, originação e estruturação de operações.

Com estrutura global e experiência local, o Deutsche Bank Brasil oferece soluções inovadoras para grandes empresas nacionais e internacionais, instituições financeiras, investidores locais e estrangeiros. Isto também permite que o Deutsche Bank responda às crescentes demandas de automação, expectativas regulatórias, bem como à necessidade dos clientes por padronização e transparência nas transações e pela execução de diferentes soluções financeiras.

O Deutsche tem como missão ser o principal fornecedor global de soluções financeiras para os seus clientes, criando valor excepcional para acionistas, colaboradores e comunidades nos locais em que atua. Nesse sentido, o Deutsche Bank está comprometido na causa ESG e busca ser reconhecido como líder em questões ambientais e sociais para seus stakeholders. Tem como missão estabelecer



a integridade ambiental e social, ao mesmo tempo em que promove uma cultura com propósito para seus funcionários. Possui o mandato de aconselhar funções de negócios e infraestrutura em questões de sustentabilidade e fornecer inteligência ESG sob medida para as necessidades de seus clientes.

Em complemento, a Instituição engloba o cliente como prioridade, está aberta a novas ideias e mudanças por meio da inovação e contém parceria e disciplina como pré-requisitos para fornecer um serviço de excelência, estando em linha com valores como integridade e desempenho sustentável

O grupo Deutsche Bank é uma das maiores instituições financeiras do mundo. O Deutsche vem transformando seu modelo de negócios desde 2019. Como resultado, o Deutsche Bank está entrando em uma fase de crescimento sustentável, beneficiando-se de uma configuração mais enxuta e focada. O núcleo da estratégia de crescimento é expandir ainda mais a posição do Deutsche Bank como “Global Hausbank”. Como o banco líder na Alemanha com fortes raízes europeias e uma rede global com um conjunto abrangente de produtos, o Deutsche Bank pretende se tornar o primeiro ponto de contato em todas as questões financeiras, aspirando ajudar os clientes a navegar pelas mudanças geopolíticas e macroeconômicas e acelerar sua transição para um economia mais sustentável e digitalizada.

Atividades culturais e sociais:

O Deutsche busca criar capital social em todas as regiões em que opera por meio do investimento em projetos culturais e sociais.

As ações de Responsabilidade Corporativa estão amparadas pelas unidades regionais do Banco e, globalmente, pela Fundação Deutsche Bank. No Brasil, o Deutsche Bank e a Fundação Deutsche Bank Américas atuam de maneira conjunta em projetos de entidades não governamentais sem fins lucrativos, em linha com a estratégia global de Responsabilidade Corporativa do Banco, relacionados às áreas de cidadania corporativa: Educação, Investimento Social, Arte & Música, Sustentabilidade e Voluntariado.

O Deutsche Bank Brasil realiza ações de Responsabilidade Corporativa por meio de iniciativas da Fundação Deutsche Bank e usando recursos de Leis de Incentivo Fiscal (FUMCAD, CONDECA, Lei do Esporte, Rouanet, Fundo do Idoso, PRONON e PRONAS).

Além disso, ao longo de 2022 o time de voluntários do Deutsche participou de diversas campanhas para arrecadação de recursos, roupas e alimentos, além de contribuir diretamente na manutenção de uma horta urbana, doando mais de 400 horas de trabalho, com participação de quase metade do corpo de funcionários.

Para mais informações sobre as atividades culturais e sociais do Deutsche Bank no Brasil, visite nossa “Home Page” www.db.com/brasil.

Responsabilidade Social, Ambiental e Climática:

Em conformidade com as diretrizes estabelecidas pela Política de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática (PRSAC) do Deutsche Bank Brasil e com base nos critérios da Resolução



CMN nº 4.945/21, o Banco assume o compromisso com a proteção social, ambiental e climática como parte de seu modelo de negócios, adequado à dimensão e à relevância de suas operações e complexidade de produtos, serviços e atividades. Dessa forma, o Banco exige que suas operações não se envolvam em atividades que possam causar danos à sociedade e seus indivíduos, através do desrespeito aos direitos humanos e/ou o bem-estar da população e, também, danos ao meio ambiente e/ou o patrimônio histórico.

Diante do acima exposto, a PRSAC descreve os princípios e diretrizes relativos aos tópicos sociais e ambientais, incluindo climáticos, do Banco na condução de seus negócios, de suas atividades, de seus processos, bem como de sua relação com as partes interessadas.

Em cumprimento à Resolução CMN nº 4.945/21, a PRSAC pode ser encontrada na internet, no seguinte endereço: <https://country.db.com/brazil/governanca-corporativa/politicas-e-codigos-de-conduta>.

Canal de denúncias:

Em atendimento ao disposto na Resolução CMN nº 4.859/20, o Banco oferece um canal de denúncias a seus colaboradores, clientes e fornecedores, por meio do qual podem ser reportadas quaisquer situações que, na visão do denunciante, representem práticas inadequadas de qualquer natureza, sejam elas relativas a negócios, relações entre colaboradores, descumprimento de normas, etc.

Este canal de denúncias protege o anonimato do denunciante e garante a não-retaliação em todas as formas.

Os procedimentos de utilização do canal de comunicação podem ser encontrados na internet, no seguinte endereço: <https://country.db.com/brazil/canal-de-denuncia>.

Home Page:

Convidamos nossos clientes e parceiros a visitarem nossa “Home Page” www.db.com/brasil, por meio da qual temos satisfação em disponibilizar informações detalhadas sobre as atividades operacionais e demonstrações financeiras do Deutsche Bank no Brasil.

São Paulo, 27 de março de 2023

A Diretoria

Nota: O presente Relatório da Diretoria foi elaborado com base nas Demonstrações Financeiras (“DFs”) preparadas a partir das diretrizes contábeis emanadas da Lei das Sociedades por Ações, associadas às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN), do Banco Central do Brasil (BACEN) e do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), quando aplicável. As referidas DFs, em conjunto com o presente Relatório da Diretoria, foram divulgadas no jornal Valor Econômico, nas vias impressa e digital, assim como no sítio da instituição, na data de 30 de março de 2023. Para fins de atendimento ao disposto no artigo 5º, inciso III, da Instrução Normativa nº 236, de 17 de fevereiro de 2022, que revogou a Instrução Normativa BCB nº 54/2020, o presente documento foi incluído na Demonstração Financeira em IFRS elaborada com base no padrão contábil internacional emitido pelo International Accounting Standards Board (“IASB”).

Relatório do auditor independente acordo com as Normas Internacionais de Contabilidade – IFRS

Aos
Administradores e Acionistas do
Deutsche Bank S.A. - Banco Alemão

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras do Deutsche Bank S.A. - Banco Alemão (“Banco”) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Deutsche Bank S.A. - Banco Alemão em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação ao Banco, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para cada assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”, incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar os assuntos abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras do Banco.

Crédito de clientes e recebíveis e redução ao valor recuperável

A diretoria exerce julgamento significativo para fins da determinação da provisão perdas esperadas associadas ao risco de crédito (valor recuperável), mediante a aplicação metodologia e processos que utilizam várias premissas, incluindo, entre outros, informações prospectivas e critérios para determinação de aumento ou redução significativa no risco de crédito. Conforme divulgado na nota explicativa nº 7, em 31 de dezembro de 2022, o saldo bruto de créditos a clientes e recebíveis é de R\$ 2.523.956 mil, para o qual foi constituída provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito de R\$ 10.800 mil.

Consideramos essa área como significativa em função: (i) da relevância do saldo de crédito de clientes e recebíveis, sujeitas à avaliação de perda; (ii) da situação econômica do País e do mercado em que os tomadores de crédito estão inseridos; (iii) do julgamento aplicado pela Administração em relação à atribuição do nível de provisão por operação; (iv) do processo de reconhecimento da receita de juros com as operações de crédito; entre outros.

Como nossa auditoria conduziu o assunto

Em nossos exames de auditoria consideramos o entendimento do processo estabelecido pela Administração, bem como a realização de testes de controles relacionados com: (i) a originação das operações; (ii) a análise e aprovação de operações de crédito considerando os níveis de alçadas estabelecidas; (iii) atribuição de níveis de provisão por operação; (iv) atualização de informações dos tomadores de crédito; (v) análise das liquidações ocorridas; (vi) análise das garantias das operações; (vii) análise das políticas contábeis e modelos de estimativas de perda esperada da administração em comparação com os requisitos do IFRS 9, entre outros.

Nossos procedimentos de auditoria também incluíram a realização, para uma amostra de operações de crédito, de testes relativos a análise da documentação que consubstancia o nível de redução ao valor recuperável, recálculo da redução ao valor recuperável em atendimento aos requisitos do IFRS 9, confirmação da existência, por meio de circularização, análise de contratos e liquidações, recálculo do saldo em aberto na data-base do procedimento, além de testes de soma para confronto do total da base de dados com os registros contábeis.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre os créditos de clientes e recebíveis e redução ao valor recuperável, que está consistente com a avaliação da Administração, consideramos que os critérios e premissas adotados pela Administração, assim como a respectiva divulgação na nota explicativa nº7, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Recuperabilidade dos créditos tributários

O Banco possui ativo fiscal diferido, constituído sobre diferenças temporárias e prejuízo fiscal na apuração da base de cálculo do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido, para as quais as diferenças temporárias são decorrentes principalmente de despesas de perdas esperadas associadas ao risco de crédito, provisão para contingências e benefícios pós-emprego.

Consideramos um dos principais assuntos de auditoria devido ao expressivo montante registrado, e pelo fato do estudo de realização desses ativos envolver um alto grau de julgamento na determinação de premissas sobre a performance futura do Banco, conforme descrito na nota explicativa nº11 às demonstrações financeiras.

Como nossa auditoria conduziu o assunto

Dentre outros procedimentos, analisamos a metodologia e as premissas utilizadas pela diretoria no estudo de realização dos créditos tributários, incluindo as projeções de resultados futuros, bem como o atendimento aos requerimentos do Banco Central do Brasil. Verificamos a exatidão matemática no cálculo e a consistência entre os dados utilizados e os saldos contábeis, assim como as avaliações anteriores e a razoabilidade das premissas utilizadas. Também analisamos a sensibilidade sobre tais premissas, para avaliar o comportamento das projeções com suas oscilações e a suficiência das divulgações em notas explicativas.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre os créditos tributários, que está consistente com a avaliação da diretoria, consideramos que os critérios e premissas relacionadas ao estudo de realização, incluindo as projeções de resultados futuros, preparados pela diretoria do Banco, assim como as respectivas divulgações na nota explicativa nº 11 às demonstrações financeiras, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Ambiente de tecnologia

As operações do Banco são extremamente dependentes do funcionamento apropriado da estrutura de tecnologia e seus sistemas, razão pela qual consideramos o ambiente de tecnologia como um dos principais assuntos de auditoria. Devido à natureza do negócio e volume de transações do Banco, a estratégia de nossa auditoria é baseada na eficácia do ambiente de tecnologia.

Como nossa auditoria conduziu o assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, a avaliação do desenho e da eficácia operacional dos controles gerais de tecnologia (“ITGCs”) implementados pelo Banco para os sistemas considerados relevantes para o processo de auditoria. A avaliação dos ITGCs incluiu o envolvimento de especialistas em tecnologia para nos auxiliarem na execução de procedimentos de auditoria desenhados para avaliar os controles sobre os acessos, gestão de mudanças e outros aspectos de tecnologia. No que se refere à auditoria dos acessos, analisamos, em bases amostrais, o processo de autorização e concessão de novos usuários, de revogação tempestiva de acesso a colaboradores transferidos ou desligados e de revisão periódica de usuários.

Nossos testes do desenho e da operação dos ITGCs e dos controles automatizados considerados relevantes para os procedimentos de auditoria efetuados forneceram uma base para que pudessemos continuar com a natureza, época e extensão planejadas de nossos procedimentos de auditoria.

Outros assuntos

O Deutsche Bank S.A. – Banco Alemão elaborou um conjunto de demonstrações financeiras para fins gerais referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil – BACEN, sobre as quais emitimos relatório de auditoria sem modificações em 29 de março de 2023.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de o Banco continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar o Banco ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas, não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco. Se concluirmos que existe uma incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações, e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria.

Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 31 de março de 2023.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC-SP-034519/O



Marília Nascimento Soares
Contadora CRC-SP301194/O

Deutsche Bank Brasil
Demonstrações financeiras
Referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de Reais)

Balanço Patrimonial

ATIVO	Nota	31/12/2022	31/12/2021
Caixa e equivalentes de caixa	6	<u>2.667.922</u>	<u>1.650.272</u>
ATIVOS FINANCEIROS			
Mensurados ao custo amortizado	7	<u>3.416.140</u>	<u>2.753.166</u>
Instrumentos de dívida		902.984	547.968
Créditos a clientes e recebíveis	7 (a)	2.523.956	2.230.177
Redução ao valor recuperável		(10.800)	(24.979)
Mensurados a valor justo por meio do resultado	7	<u>5.981.348</u>	<u>3.450.675</u>
Instrumentos financeiros derivativos	7 (b)	2.377.691	398.211
Instrumentos de dívida		3.603.657	3.052.464
Mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	7	<u>126.886</u>	<u>1.526.270</u>
Instrumentos de dívida		126.886	1.526.270
Ativo imobilizado	12	<u>33.565</u>	<u>17.977</u>
Créditos tributários		<u>119.122</u>	<u>210.057</u>
Ativos tributários correntes		45.847	37.901
Ativos tributários diferidos	11	73.275	172.156
Outros ativos	8	<u>261.914</u>	<u>169.965</u>
TOTAL DO ATIVO		<u><u>12.606.897</u></u>	<u><u>9.778.382</u></u>

Deutsche Bank Brasil
Demonstrações financeiras
Referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de Reais)

Balanco Patrimonial

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota	31/12/2022	31/12/2021
PASSIVOS FINANCEIROS		<u>9.647.828</u>	<u>6.878.522</u>
Mensurados ao custo amortizado	9 (a)	<u>7.132.569</u>	<u>5.689.178</u>
Depósitos de clientes		2.845.170	3.480.144
Depósitos de instituições financeiras		430.809	266.294
Empréstimos e financiamentos		3.856.590	1.942.740
Mensurados a valor justo por meio do resultado	9 (b)	<u>2.515.259</u>	<u>1.189.344</u>
Instrumentos financeiros derivativos		2.515.259	1.189.344
Provisões	13	<u>234.262</u>	<u>296.344</u>
Passivo de Arrendamento		<u>13.956</u>	<u>5.139</u>
Passivo de arrendamento		13.956	5.139
Outros passivos	10	<u>187.959</u>	<u>233.569</u>
Passivos Fiscais		<u>66.831</u>	<u>38.929</u>
Passivos fiscais - Correntes		66.831	38.929
Patrimônio Líquido	17	<u>2.456.061</u>	<u>2.325.879</u>
Capital		1.644.551	1.644.551
Reservas		811.510	681.328
TOTAL DO PASSIVO		<u>12.606.897</u>	<u>9.778.382</u>

Deutsche Bank Brasil
Demonstrações financeiras
Referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de Reais)

Demonstrações do Resultado

	Nota	31/12/2022	31/12/2021
Receitas de juros e rendimentos		771.945	496.642
Despesas de juros e rendimentos		(310.823)	(140.442)
Resultado Líquido de juros e rendimento	20	461.122	356.200
Receita de variação cambial		84.665	-
Despesa de variação cambial		-	(114.007)
Resultado de variação cambial	20	84.665	(114.007)
Receitas de serviços e comissões		101.993	111.294
Despesas com serviços e comissões		(14.969)	(18.533)
Resultado líquido de serviços e comissões	21	87.024	92.761
Resultado de instrumentos financeiros	22	(45.164)	(66.945)
Ganhos ou perdas com instrumentos financeiros	23	(20.070)	147.692
Resultado de instrumentos financeiros		(65.234)	80.747
Resultado de redução ao valor recuperável		55.176	5.044
Despesas com pessoal	24	(150.132)	(139.983)
Depreciação e amortização	25	(3.686)	(3.710)
Outras receitas/despesas	26	28.861	43.858
Despesas tributárias	27	(36.044)	(28.182)
Outras despesas administrativas	28	(122.408)	(86.512)
Resultado antes do imposto		339.344	206.216
Impostos corrente e diferido	18	(140.807)	(72.435)
Resultado líquido do exercício		198.537	133.781
Quantidade de ações		1.119.390.296	1.119.390.296
(Prejuízo) / Lucro básico por ação R\$		0,18	0,12

Deutsche Bank Brasil
Demonstrações financeiras
Referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de Reais)

Demonstrações dos Resultados Abrangentes

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Resultado líquido do exercício	198.537	133.781
Itens que poderão ser reclassificados subsequentemente ao resultado		
Instrumentos financeiros ao valor justo	5.170	(7.962)
Itens que não poderão ser reclassificados subsequentemente ao resultado		
Ajuste de avaliação atuarial	6.475	9.440
Resultado abrangente total no exercício	<u>210.182</u>	<u>135.259</u>

Deutsche Bank Brasil
Demonstrações financeiras
Referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de Reais)

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

	Capital realizado	Reservas de lucros	Lucros / (Prejuízos Acumulados)	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2020 (Reapresentado)	996.551	596.069	-	1.592.620
Aumento de capital	648.000	-	-	648.000
Ajustes de avaliação patrimonial	-	-	-	-
Títulos disponíveis para venda	-	(7.962)	-	(7.962)
Ajustes de avaliação atuarial	-	9.440	-	9.440
Lucro líquido do exercício	-	-	133.781	133.781
Destinação do lucro líquido	-	-	-	-
Constituição de reserva legal	-	4.932	(4.932)	-
Constituição de reserva para expansão	-	78.849	(78.849)	-
Juros sobre o capital próprio	-	-	(50.000)	(50.000)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	1.644.551	681.328	-	2.325.879
Ajustes de avaliação patrimonial	-	-	-	-
Títulos disponíveis para venda	-	5.170	-	5.170
Ajustes de avaliação atuarial	-	6.475	-	6.475
Lucro líquido do exercício	-	-	198.537	198.537
Destinação do lucro líquido	-	-	-	-
Constituição de reserva legal	-	12.807	(12.807)	-
Constituição de reserva para expansão	-	105.730	(105.730)	-
Juros sobre o capital próprio	-	-	(80.000)	(80.000)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	1.644.551	811.510	-	2.456.061

Deutsche Bank Brasil
Demonstrações financeiras
Referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de Reais)

Demonstrações dos Fluxos de Caixa

	Notas	2022	2021
Caixa gerado (utilizado) pelas atividades operacionais		(468.631)	(2.027.862)
Resultado líquido do exercício		198.537	133.781
Despesas (receitas) que não afetam o caixa:		345.472	17.271
Despesas de depreciação e amortização	25	3.686	3.710
Provisão/reversão de provisão para passivos contingentes	14	533	(39.234)
Despesas com atualização monetárias de processos judiciais	26	3.473	2.014
Receita com atualização depósitos judiciais	26	(19.635)	(6.346)
Receitas com atualização taxa Selic - tributos		(1.212)	(473)
Efeitos da variação cambial nas operações de ativo/passivo		(71.202)	13.576
Efeitos da variação cambial nos empréstimos e repasses		(13.463)	100.431
Efeitos da variação cambial em outros ativos/passivos		7.086	(2.890)
Efeito das mudanças das taxas de câmbio em caixa e equivalentes de caixa		355.210	(112.586)
Provisão para redução a valor recuperável		(55.176)	(5.044)
Passivo de arrendamento		(4.635)	(8.322)
Imposto diferido		140.807	72.435
(Aumento)/redução dos ativos e passivos operacionais		(1.012.640)	(2.178.914)
Ativos financeiros ao custo amortizado		(614.880)	(238.981)
Ativos financeiros ao valor justo no resultado		(2.299.275)	(1.783.797)
Ativos financeiros ao valor justo outros resultados abrangentes		1.244.358	(823.944)
Créditos tributários ativos		(49.872)	(29.795)
Outros ativos		(71.107)	44.265
Passivos financeiros ao custo amortizado		(470.459)	376.593
Passivos financeiros ao valor justo no resultado		1.325.915	135.661
Passivos fiscais		56.025	27.228
Outros passivos		(105.221)	138.741
Imposto de renda e contribuição social pagos		(28.124)	(24.885)
Caixa gerado (utilizado) nas atividades de investimentos		(5.822)	5.628
Baixa de ativo tangível		(5.822)	5.628
Caixa gerado (utilizado) nas atividades de financiamento		1.847.313	(560.674)
Passivos financeiros ao custo amortizado		1.927.313	(1.158.674)
Aumento de capital		-	648.000
Juros sobre capital próprio pagos		(80.000)	(50.000)
Variação líquida de caixa e equivalentes de caixa		1.372.860	(2.582.908)
Demonstração da variação do caixa e equivalentes de caixa:			
Início do exercício	6	1.650.272	4.120.594
Efeito da mudança da taxa de câmbio em caixa e equivalentes de caixa		(355.210)	112.586
Fim do exercício	6	2.667.922	1.650.272
Variação líquida de caixa e equivalentes de caixa		1.372.860	(2.582.908)

Deutsche Bank Brasil
Demonstrações financeiras
Referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de Reais)

1. Contexto Operacional

O Deutsche Bank S.A. - Banco Alemão (“Banco”), com sede em São Paulo, está organizado sob a forma de banco múltiplo autorizado a operar com as carteiras comercial, de investimentos e de câmbio. O Banco é uma subsidiária do Deutsche Bank Aktiengesellschaft com sede em Frankfurt - Main, Alemanha.

2. Base de elaboração e apresentação das demonstrações financeiras

a) Declaração de conformidade

No âmbito da Resolução CMN nº 3.786/2009, conforme alterada pela Resolução CMN nº 4.818/2020, as demonstrações financeiras do Banco estão sendo preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) a partir do exercício findo em 31 de dezembro de 2010.

As IFRS incluem as normas contábeis emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e as interpretações emitidas pelo International Financial Reporting Interpretation Committee (IFRIC) e pelos respectivos órgãos antecessores.

Essas demonstrações financeiras foram aprovadas pela Administração em 27 de março de 2023.

As demonstrações financeiras referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2012 foram as primeiras a serem elaboradas de acordo com o IFRS, sendo 1º de janeiro de 2011 a data da adoção inicial (balanço patrimonial de abertura).

As demonstrações financeiras são preparadas no pressuposto da continuidade de negócios. A administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significantes sobre a sua capacidade de continuar operando.

b) Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com o princípio do custo histórico, com exceção para:

- Instrumentos financeiros derivativos, mensurados pelo valor justo.
- Instrumentos financeiros a valor justo pelo resultado ou outros resultados abrangentes.
- Passivos de planos de benefícios definidos, mensurados como o valor presente das obrigações atuariais menos o total líquido dos ativos do plano, mais os ganhos atuariais não reconhecidos, menos os custos dos serviços passados e perdas atuariais não reconhecidas.

Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras estão sendo apresentadas em Reais (R\$) de acordo com a moeda funcional do Banco.

c) Uso de estimativas e julgamentos

A elaboração das demonstrações financeiras de acordo com as IFRS requer a utilização de julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis nos valores apresentados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os valores reais podem ser diferentes destes estimados.

Tais estimativas e premissas são revisadas periodicamente. As revisões das estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas estão sendo revisadas, bem como nos períodos futuros afetados.

Em particular, informações sobre incertezas em estimativas de áreas significativas e julgamentos críticos na aplicação de políticas contábeis que possuem o maior efeito significativo nos saldos registrados nas demonstrações financeiras

Deutsche Bank Brasil
Demonstrações financeiras
Referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de Reais)

estão descritas na Nota Explicativa nº 3.

d) Adoção de novas normas e interpretações

Não houve novos pronunciamentos contábeis aplicáveis ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

e) Pronunciamentos contábeis emitidos aplicáveis em períodos futuros

- IFRS 17 – Contratos de Seguro: O pronunciamento substitui a IFRS 4 – Contratos de Seguro e apresenta três abordagens para avaliação: (i) Modelo Padrão, (ii) *Premium Allocation Approach* (PAA), e (iii) *Variable Fee Approach*. Ademais, estabelece que os contratos de seguro devem ser reconhecidos por meio da análise de quatro componentes, quais sejam: fluxos de caixas futuros esperados, ajuste ao risco, margem contratual e desconto. Esta norma é efetiva para exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2023 e não há impactos para as demonstrações financeiras do Banco.

- Alterações na IAS 1 – Apresentação das Demonstrações Contábeis: Estabelece que apenas informações relativas à políticas contábeis materiais sejam divulgadas, eliminando divulgações de informações que dupliquem ou sumerizem os requerimentos das normas IFRS. Estas alterações são efetivas para exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2023 e não geram impactos financeiros. As análises referentes às mudanças em divulgação serão concluídas até a data de entrada em vigor da norma.

- Alterações da IAS 8 – Políticas Contábeis, Mudanças nas Estimativas Contábeis e Erros: Inclui a definição de estimativas contábeis, qual seja, valores monetários sujeitos às incertezas em sua mensuração. São exemplos de estimativas contábeis a perda de crédito esperada e o valor justo de um ativo ou passivo. Esta alteração é efetiva para exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2023 e não há impactos para as demonstrações financeiras do Banco.

- Alterações na IAS 12 – Impostos sobre a Renda – Esclarece que a isenção para contabilização de impostos diferidos decorrentes de diferenças temporárias geradas no reconhecimento inicial de ativos ou passivos não se aplicam às operações de arrendamentos. Estas alterações são efetivas para exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2023. Os possíveis impactos estão sendo avaliados e serão concluídos até a data de entrada em vigor da norma.

3. Políticas contábeis significativas

As políticas contábeis discriminadas a seguir foram aplicadas de maneira consistente em todos os exercícios apresentados nas demonstrações financeiras consolidadas.

a. Base de consolidação

As demonstrações financeiras do Banco são individuais. O Banco não possui entidades a serem consolidadas.

b. Moeda estrangeira

(i) Transações em moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira são convertidas à taxa de câmbio, para as respectivas moedas funcionais em vigor na data da transação. Os ativos e os passivos monetários expressos em moeda estrangeira são convertidos para Reais à taxa de câmbio em vigor na data do balanço. As diferenças cambiais resultantes dessa conversão são reconhecidas no resultado.

Os ativos e os passivos não monetários registrados ao custo histórico, expressos em moeda estrangeira, são convertidos à taxa de câmbio da data da transação. Ativos e passivos não monetários expressos em moeda estrangeira registrados pelo valor justo são convertidos à taxa de câmbio em vigor na data em que o valor justo foi determinado. As diferenças cambiais resultantes são reconhecidas no resultado.

(ii) Operações no exterior

Os ativos e os passivos de operações no exterior, inclusive o ágio e os ajustes do valor justo provenientes de aquisição,

Deutsche Bank Brasil
Demonstrações financeiras
Referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de Reais)

são convertidos em Reais pelas taxas cambiais em vigor na data da demonstração. As receitas e as despesas de operações no exterior são convertidas em Reais pelas taxas cambiais vigentes nas datas das transações.

c. Juros

Receitas e despesas de juros são reconhecidas nas demonstrações do resultado, na rubrica de receitas e despesas financeiras, utilizando-se o método da taxa efetiva de juros. A taxa efetiva de juros é a taxa que desconta os pagamentos e os recebimentos futuros em dinheiro durante toda a vida prevista do ativo ou do passivo financeiro (ou, se apropriado, um período inferior) até atingir-se o valor de registro do ativo ou do passivo financeiro. A taxa efetiva de juros é estabelecida quando do reconhecimento inicial do ativo ou do passivo financeiro e não sofre revisões posteriores.

O cálculo da taxa efetiva de juros inclui todas as comissões, os custos da transação, os descontos ou os prêmios que são parte integrante da taxa efetiva de juros. Os custos da transação são custos incrementais diretamente atribuíveis a aquisição, emissão ou alienação de um ativo ou passivo financeiro.

As receitas e as despesas de juros apresentadas nas demonstrações de resultados incluem:

- Juros em ativos e passivos financeiros avaliados pelo custo amortizado, com base em taxa efetiva de juros;
- Juros em títulos de investimento disponíveis para venda, com base em juros efetivos;
- A parte efetiva de derivativos de *hedge* qualificados e designados em um *hedge* de fluxo de caixa, se o item protegido é lançado em receitas/despesas de juros;
- Alterações no valor justo de derivativos qualificados e nos itens protegidos quando o risco de taxa de juros é o risco protegido.

Receitas e despesas de juros em todos os ativos e passivos de negociação são consideradas incidentes às operações de negociação e são apresentadas nas demonstrações dos resultados na rubrica de resultado de instrumentos financeiros para negociação.

As alterações de valor justo em outros derivativos retidos para fins de gerenciamento de risco, e outros ativos e passivos financeiros contabilizados por seu valor justo no resultado, são apresentadas nas demonstrações do resultado na rubrica resultados de instrumentos financeiros para negociação.

d. Receitas de comissões e prestação de serviços

As receitas de serviços e comissões, exceto as incidentes sobre um ativo ou passivo financeiro as quais são incluídas na apuração da taxa efetiva de juros, são reconhecidas à medida que os serviços relacionados são prestados.

Outras despesas com taxas e comissões referem-se basicamente a eventos que são reconhecidos no resultado conforme os serviços são recebidos.

e. Resultado de instrumentos financeiros para negociação

O resultado de instrumentos financeiros para negociação inclui os ganhos e as perdas relacionados com os ativos e os passivos financeiros mantidos para negociação, e inclui todas as alterações realizadas ou a realizar de valor justo, juros, dividendos e diferenças cambiais.

f. Resultado de outros instrumentos financeiros a valor justo pelo resultado

O resultado de instrumentos financeiros a valor justo pelo resultado refere-se a derivativos não qualificados mantidos para objetivos de gerenciamento de risco e a ativos e passivos financeiros contabilizados por seus valores justos no resultado, e inclui todas as alterações do valor justo, dos juros, dos dividendos e das diferenças cambiais, realizados ou a realizar e são apresentados em resultados de instrumentos financeiros de negociação.

Deutsche Bank Brasil
Demonstrações financeiras
Referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de Reais)

g. Dividendos

A receita de dividendos é reconhecida quando é estabelecido o direito do recebimento do respectivo valor.

h. Despesa de imposto de renda e contribuição social

A despesa de imposto de renda compreende impostos correntes e diferidos, sendo reconhecida nas demonstrações dos resultados, exceto se for referente a itens reconhecidos diretamente no patrimônio; nesse caso, é reconhecida no patrimônio.

A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida de adicional de 10%. Para as empresas financeiras, a contribuição social sobre o lucro foi calculada até agosto de 2015, considerando a alíquota de 15%. Para o período compreendido entre setembro de 2015 e dezembro de 2018, a alíquota foi alterada para 20%, conforme Lei no 13.169/15 e retornou à alíquota de 15% a partir de janeiro de 2019. Em novembro de 2019 foi promulgada a Emenda Constitucional n° 103 que estabelece no artigo 32, a majoração da alíquota de contribuição social sobre o lucro líquido dos “Bancos” de 15% para 20%, com vigência a partir de março de 2020.

A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida do adicional de 10% sobre determinados limites, e inclui incentivos fiscais, cuja opção é formalizada na declaração de rendimentos.

Imposto de renda corrente é a expectativa de pagamento de impostos sobre o resultado tributável para o exercício, usando taxas promulgadas ou substancialmente promulgadas na data do balanço, e qualquer ajuste ao imposto a pagar com relação aos anos anteriores.

Os créditos tributários sobre adições temporárias serão realizados quando da utilização e/ou da reversão das respectivas provisões sobre as quais foram constituídos. Os créditos tributários sobre prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social serão realizados de acordo com a geração de lucros tributáveis os mesmos foram constituídos.

Tais créditos tributários são reconhecidos contabilmente com base nas expectativas atuais de sua realização, considerando os estudos técnicos e as análises realizadas pela Administração.

Despesas adicionais de imposto de renda, que provêm da distribuição de dividendos, são reconhecidas no momento em que as despesas de dividendos a pagar são reconhecidas.

i. IFRS 9 – Instrumentos Financeiros e IFRS 16 – Arrendamentos

IFRS 9 – Instrumentos Financeiros: emitido em seu formato final em julho de 2014, o International Accounting Standards Board (IASB) aprovou o IFRS 9, que substituiu a IAS 39 Instrumentos Financeiros, de acordo com as diretrizes definidas pelo G-20 (grupo formado pelos ministros de finanças e chefes dos Bancos Centrais das 19 maiores economias do mundo mais a União Europeia) em abril de 2009, estabelecendo os requerimentos e mensuração dos instrumentos financeiros, avaliação de impairment e hedge accounting.

IFRS 16 – Arrendamento – o pronunciamento substitui a IAS 17 – Arrendamentos, bem como interpretações relacionadas (IFRIC 4, SIC 15 e SIC 27). Elimina a contabilização de arrendamento operacional para o arrendatário, apresentando um único modelo de arrendamento que consiste em : (a) reconhecer os arrendamentos com prazo maior que 12 meses e de valores substanciais; (b) reconhecer inicialmente o arrendamento no ativo e passivo a valor presente; e (c) reconhecer a depreciação e os juros do arrendamento separadamente no resultado. Para o arrendador, a contabilização continuará segregada entre operacional e financeiro. Esta norma é efetiva para os exercícios iniciados em 2019.

Deutsche Bank Brasil
Demonstrações financeiras
Referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de Reais)

i. Ativos e passivos financeiros

Reconhecimento, mensuração inicial e desreconhecimento

O Banco reconhece inicialmente empréstimos e adiantamentos, depósitos, títulos da dívida emitidos e passivos subordinados na data em que são originados.

Todos os outros instrumentos financeiros (inclusive compras e vendas regulares de ativos financeiros) são reconhecidos na data de negociação, que corresponde a data na qual o Banco se torna parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo ou passivo financeiro é mensurado inicialmente ao valor justo, acrescido, no caso de item não mensurado ao valor justo, dos custos da transação diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão.

Os ativos financeiros são parcial ou totalmente desreconhecidos quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo financeiro expiram, ou nos casos em que o Banco transfere o ativo financeiro e essa transferência se qualifica para desreconhecimento.

Os passivos financeiros são desreconhecidos quando são extintos, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar.

ii. Classificação

Ativos financeiros

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ou ao valor justo no resultado.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado caso atenda às seguintes condições e não seja designado ao valor justo por meio do resultado:

- O ativo é mantido dentro de um modelo de negócio cujo objetivo seja manter ativos para receber fluxos de caixa contratuais; e
- Os termos contratuais do ativo financeiro geram, em datas específicas, fluxos de caixa que se referem exclusivamente a pagamentos do principal e dos juros sobre o valor do principal em aberto.

Um instrumento da dívida é mensurado ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA), caso atenda às seguintes condições e não seja designado ao valor justo por meio do resultado:

- O ativo é mantido dentro de um modelo de negócio cujo objetivo seja alcançado pelo recebimento dos fluxos de caixa contratuais e pela venda de ativos financeiros; e
- Os termos contratuais do ativo financeiro geram, em datas específicas, fluxos de caixa que se referem exclusivamente a pagamentos do principal e dos juros sobre o valor principal em aberto.

No reconhecimento inicial de um instrumento de capital não mantido para negociação, o Banco pode optar de maneira irrevogável por apresentar alterações subsequentes do valor justo por meio de “Outros resultados abrangentes (VJORA)”. Esta opção é feita considerando cada investimento individualmente e não foi utilizada pelo Banco.

Todos os outros ativos financeiros são classificados como mensurados ao valor justo por meio do resultado (VJR).

Além disso, no reconhecimento inicial, o Banco pode irrevogavelmente designar ao valor justo por meio do resultado um ativo financeiro que, de outra forma, atenda às exigências de mensuração ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, caso essa designação elimine ou reduza substancialmente um descasamento contábil que poderia existir. Essa opção não foi utilizada pelo Banco.

Deutsche Bank Brasil
Demonstrações financeiras
Referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de Reais)

iii. Avaliação do modelo de negócios

O Banco avalia o objetivo de seus modelos de negócios, nos quais os ativos são mantidos em nível de portfólio para avaliar como o negócio é administrado e informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas compreendem:

- Políticas e objetivos definidos para a carteira e a aplicação dessas políticas na prática. Com destaque sobre, se a estratégia da Administração está focada em auferir receitas de juros contratuais, manter um perfil específico de taxa de juros ou adequar a duração dos ativos;
- Como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração do Banco;
- Os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e os ativos financeiros mantidos dentro daquele modelo de negócios) e como esses riscos são administrados;
- Como os gestores do negócio são remunerados por exemplo, se a remuneração está relacionada ao valor justo dos ativos ou dos fluxos de caixa contratuais recebidos;
- A frequência, o volume e o momento das vendas em períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre as vendas futuras. As informações sobre a atividade de vendas não são consideradas isoladamente, mas como parte de uma avaliação geral de como o objetivo definido pelo Banco para administrar os ativos financeiros.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou administrados, cujo desempenho é avaliado com base no valor justo, são mensurados ao valor justo por meio do resultado, pois não são mantidos para receber fluxos de caixa contratuais nem mantidos para receber fluxos de caixa contratuais e vender ativos financeiros.

iv. Avaliação para determinar se os fluxos de caixa contratuais se referem exclusivamente a pagamentos do principal e dos juros

Para fins desta avaliação, define-se “principal” como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Define-se “juros” como a contraprestação para o valor da moeda no tempo e para o risco de crédito associado ao valor do principal em aberto durante um período específico e para outros riscos e custos básicos dos empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), bem como para a margem de lucro.

Ao avaliar se os fluxos de caixa contratuais se referem exclusivamente a pagamentos do principal e dos juros, o Banco considera os termos contratuais do instrumento. Isso inclui avaliar se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia alterar o prazo ou valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que não atenderia esta condição. Ao realizar a avaliação, o Banco considera:

- eventos contingentes que alterariam o valor e prazo dos fluxos de caixa;
- alavancagem;
- prazos de pagamento antecipado e extensão;
- termos que limitem o direito do Banco aos fluxos de caixa de ativos; e
- recursos que modifiquem a contraprestação do valor da moeda no tempo, por exemplo, reajuste periódico das taxas de juros.

v. Reclassificações de categorias dos ativos financeiros

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao seu reconhecimento inicial, exceto no período após o Banco alterar seu modelo de negócio para administrar os ativos financeiros.

vi. Baixa de ativos financeiros

O Banco baixa um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram ou quando transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais em uma transação na qual essencialmente todos os riscos e

Deutsche Bank Brasil
Demonstrações financeiras
Referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de Reais)

benefícios da propriedade do ativo financeiro são transferidos ou na qual o Banco não transfere e nem retém substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade do ativo financeiro e não controla o ativo financeiro.

Na baixa de um ativo financeiro, a diferença entre o valor contábil do ativo (ou valor contábil alocado à parcela do ativo baixado) e a soma (i) da contraprestação recebida (inclusive qualquer novo ativo obtido, deduzido de qualquer novo passivo assumido) e (ii) eventuais ganhos ou perdas acumuladas reconhecidas por meio de “Outros resultados abrangentes” é registrada no resultado.

A partir da data de primeira adoção do IFRS 9, eventuais ganhos/perdas acumulados e reconhecidos por meio de “Outros resultados abrangentes” com relação aos instrumentos patrimoniais designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes não são registrados no resultado mediante a baixa destes títulos.

O Banco realiza operações nas quais transfere os ativos reconhecidos em seu balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos ou parte deles. Nestes casos, os ativos transferidos não são baixados. São exemplos dessas operações as cessões de carteiras de empréstimos com coobrigação.

Em operações nas quais o Banco não retém nem transfere substancialmente todos os riscos e benefícios de propriedade de um ativo financeiro e detém controle do ativo, o Banco continua a reconhecer o ativo na extensão de seu envolvimento contínuo, determinado pela extensão a que está exposto a alterações no valor do ativo transferido.

vii. Baixa de passivos financeiros

O Banco baixa um passivo financeiro quando suas obrigações contratuais são extintas, canceladas ou quando vencem.

viii. Taxa de juros efetiva

A taxa de juros efetiva é aquela que desconta exclusivamente os pagamentos ou recebimentos de caixa futuros, estimados durante a vida esperada do ativo financeiro ou passivo financeiro ao valor contábil bruto de um ativo financeiro (ou seja, seu custo amortizado antes de qualquer provisão para redução ao valor recuperável) ou o custo amortizado de um passivo financeiro. O cálculo não considera perdas de crédito esperada se inclui custos de transação, prêmios ou descontos e taxas pagos ou recebidos que são parte integrante da taxa de juros efetiva, como taxas de origem.

i.1) Modificações nos ativos e passivos financeiros

i. Ativos financeiros

Caso os termos de um ativo financeiro sejam modificados, o Banco avalia se os fluxos de caixa do ativo modificado são substancialmente diferentes. Caso os fluxos de caixa sejam substancialmente diferentes, os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo financeiro original serão considerados vencidos. Neste caso, o ativo financeiro original é baixado e um novo ativo financeiro é reconhecido ao valor justo.

ii. Práticas contábeis aplicáveis a partir de 1º de janeiro de 2018

Caso os fluxos de caixa do ativo modificado mensurado ao custo amortizado não sejam substancialmente diferentes, a modificação não resulta em baixa do ativo financeiro. Neste caso, o Banco recalcula o valor contábil bruto do ativo financeiro e reconhece o valor resultante dos ajustes ao valor contábil bruto como ganho ou perda de modificação no resultado.

Caso uma modificação dessa natureza seja realizada devido as dificuldades financeiras do devedor, ganhos ou perdas são apresentados em conjunto com as perdas por redução ao valor recuperável (“*impairment*”). Em outros casos, são apresentados como receita de juros.

iii. Receita de juros

A receita de juros é calculada aplicando a taxa de juros efetiva ao valor contábil bruto dos ativos financeiros, exceto:

Deutsche Bank Brasil
Demonstrações financeiras
Referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de Reais)

(a) Ativos financeiros adquiridos ou originados com *impairment* de crédito, para os quais a taxa de juros efetiva original ajustada ao crédito é aplicada ao custo amortizado do ativo financeiro.

(b) Ativos financeiros que não são adquiridos ou originados com *impairment* de crédito, mas posteriormente apresentaram evento de inadimplência (ou "estágio3"), para os quais a receita de juros é calculada aplicando a taxa de juros efetiva ao seu custo amortizado líquido da provisão.

iv. Instrumentos patrimoniais

Os instrumentos patrimoniais são aqueles que atendem à definição de patrimônio líquido do ponto de vista do emissor, ou seja, instrumentos que não contenham uma obrigação contratual de pagamento e que evidenciem um interesse residual no patrimônio líquido do emissor. São exemplos os instrumentos de capital que incluem ações ordinárias.

Geralmente, todos os instrumentos patrimoniais são mensurados ao valor justo através de resultados, exceto nos casos em que a Administração do Banco tenha eleito, no momento do reconhecimento inicial, a designação irrevogável de um investimento de patrimônio pelo justo valor através de outro resultado abrangente. As perdas por redução ao valor recuperável (e a reversão de perdas por redução ao valor recuperável) não são contabilizadas separadamente de outras variações no valor justo.

Com relação aos dividendos, quando representam um retorno sobre tais investimentos, continuam a ser reconhecidos no resultado como outros rendimentos quando o Banco possui o direito de receber pagamentos.

v. Passivos financeiros

O Banco baixa um passivo financeiro quando seus termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes. Nesse caso, um novo passivo financeiro é reconhecido ao valor justo com base nos termos modificados. A diferença entre o valor contábil do passivo financeiro extinto e o novo passivo financeiro com termos modificados é reconhecida no resultado.

vi. Compensação

Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, o Banco atualmente tem um direito legalmente exequível de compensar os valores e a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Receitas e despesas são apresentadas em uma base líquida somente quando permitido pelas IFRS's ou para ganhos ou perdas resultantes de um grupo de operações semelhantes, como na atividade de negociação do Banco.

vii. Mensuração ao valor justo

O "valor justo" corresponde ao preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago na transferência de um passivo em uma transação organizada entre participantes do mercado na data da mensuração no mercado principal ou, em sua ausência, no mercado mais vantajoso ao qual o Banco tenha acesso naquela data. O valor justo de um passivo reflete seu risco de inadimplimento.

Quando há um disponível, o Banco mensura o valor justo de um instrumento com base no preço cotado neste mercado para aquele instrumento. Um mercado é considerado ativo e as operações para o ativo ou passivo ocorrem com regularidade e volume suficientes para fornecer informações sobre preços de forma contínua.

Caso não haja preço cotado em um mercado ativo, o Banco utiliza técnicas de avaliação para maximizar o uso das informações observáveis relevantes e minimizar o uso de informações não observáveis. A técnica de avaliação escolhida incorpora todos os fatores que seriam considerados pelos participantes do mercado ativo na precificação de uma operação.

- **Nível 1:** Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos a que a entidade possa ter acesso na data de mensuração. Entende-se por mercado ativo o mercado no qual transações para o ativo ou passivo ocorrem com frequência e volume suficientes para fornecer informações de precificação de forma contínua.

Deutsche Bank Brasil
Demonstrações financeiras
Referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de Reais)

- **Nível 2:** Informações de Nível 2 são informações que são observáveis para o ativo ou passivo, seja direta ou indiretamente, exceto preços cotados incluídos no Nível 1. Informações de Nível 2 incluem: (a) preços cotados para ativos ou passivos similares em mercados ativos; (b) preços cotados para ativos ou passivos idênticos ou similares em mercados que não sejam ativos; (c) informações, exceto preços cotados, que sejam observáveis para o ativo ou passivo, como, por exemplo, taxas de juros e curvas de rendimento observáveis em intervalos comumente cotados; volatilidades implícitas; e spreads de crédito; (d) informações corroboradas pelo mercado.
- **Nível 3:** Informações (*inputs*) de Nível 3 são dados não observáveis para o ativo ou passivo. As informações não observáveis devem ser utilizadas para mensurar o valor justo na medida em que dados observáveis relevantes não estejam disponíveis, admitindo assim situações em que há pouca ou nenhuma atividade de mercado para o ativo ou passivo na data de mensuração.

A melhor evidência do valor justo de um instrumento financeiro, no reconhecimento inicial, corresponde normalmente ao preço da operação, ou seja, o valor justo da contraprestação paga ou recebida. Caso o Banco determine que o valor justo, no reconhecimento inicial, difere do preço da operação e o valor justo não é evidenciado por um preço cotado em um mercado ativo para um ativo ou passivo idêntico, nem baseado em uma técnica de avaliação para a qual quaisquer informações não observáveis são consideradas irrelevantes com relação à mensuração, o instrumento financeiro será inicialmente mensurado ao valor justo, ajustado para diferir a diferença entre o valor justo no reconhecimento inicial e o preço da operação. Essa diferença é posteriormente reconhecida no resultado de forma adequada com base na vida do instrumento, mas até que a avaliação seja integralmente suportada por dados observáveis de mercado ou a operação seja encerrada.

Se um ativo ou passivo mensurado ao valor justo tem um preço de compra e um preço de venda, o Banco mensura os ativos e as posições compradas a um preço de compra e os passivos e as posições vendidas a um preço de venda.

O valor justo de um passivo financeiro com um recurso à vista (por exemplo, um depósito à vista) não é inferior ao valor a pagar à vista, descontado a partir da primeira data na qual o pagamento do valor poderia ser exigido.

viii. Redução ao valor recuperável (“*impairment*”)

O Banco reconhece provisões para perdas de crédito esperadas com relação aos seguintes instrumentos financeiros que não são mensurados ao valor justo por meio do resultado:

- ativos financeiros que sejam instrumentos da dívida;
- contratos de garantia financeira emitidos;
- compromissos de empréstimo emitidos.

Nenhuma perda por redução ao valor recuperável (“*impairment*”) é reconhecida em instrumentos de capital.

O Banco mensura as provisões para perdas a um valor igual às perdas de crédito esperadas durante a vida útil, exceto para os instrumentos a seguir, para os quais são registradas como perdas de crédito esperadas em 12 meses:

- instrumentos de dívida que apresentam um baixo risco de crédito na data de encerramento; e
- outros instrumentos financeiros nos quais o risco de crédito não aumenta substancialmente desde seu reconhecimento inicial.

ix. Mensuração das perdas de crédito esperadas

As perdas de crédito esperadas são uma estimativa ponderada por probabilidade das perdas de crédito. São mensuradas da seguinte forma:

- ativos financeiros não sujeitos à redução ao valor recuperável na data de encerramento: como o valor presente de todas as insuficiências de caixa, ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos à entidade de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que o Banco espera receber;

Deutsche Bank Brasil
Demonstrações financeiras
Referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de Reais)

- ativos financeiros sujeitos à redução ao valor recuperável na data de encerramento: como a diferença entre o valor contábil bruto e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados;
- compromissos de empréstimo a liberar: como o valor presente da diferença entre os fluxos de caixa contratuais devidos ao Banco caso o compromisso seja utilizado na totalidade e os fluxos de caixa que o Banco espera receber; e;
- contratos de garantia financeira: pagamentos esperados para reembolsar o titular, deduzidos de eventuais valores que o Banco espera recuperar.

x. Ativos modificados

Se os termos de um ativo financeiro são renegociados ou modificados ou um ativo financeiro existente é substituído por um novo ativo devido a dificuldades financeiras do devedor, é necessário avaliar se o ativo financeiro deve ser baixado e as perdas de crédito esperadas são mensuradas da seguinte forma:

- caso a reestruturação esperada não resulte em baixa do ativo existente, os fluxos de caixa esperados e advindos do ativo financeiro modificado são incluídos no cálculo das insuficiências de caixa do ativo existente.
- caso a reestruturação esperada resulte em baixa do ativo existente, o valor justo esperado do novo ativo é tratado como fluxo de caixa final do ativo financeiro existente no momento de sua baixa.

Este valor é incluído no cálculo das insuficiências de caixa de correntes do ativo financeiro existente descontadas a partir da data estimada de baixa até a data de encerramento, utilizando a taxa de juros efetiva original do ativo financeiro existente.

xi. Determinação de aumentos significativos no risco de crédito e reconhecimento da perda de crédito esperada pela redução do valor recuperável de ativos ("impairment")

Em cada data de apuração de seus balanços patrimoniais, o Banco avalia se os ativos financeiros registrados ao custo amortizado e os instrumentos financeiros de dívida registrados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes estão sujeitos à redução ao valor recuperável, bem como, outros instrumentos financeiros sujeitos a essa avaliação.

Um ativo financeiro está "sujeito à redução ao valor recuperável" quando um ou mais eventos que exerçam um impacto negativo sobre os fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro tenham ocorrido.

As evidências de que um ativo financeiro está sujeito à redução ao valor recuperável incluem os seguintes dados observáveis:

- dificuldade financeira significativa do devedor ou emissor;
- atrasos de suas obrigações contratuais;
- quebra de contrato, como inadimplência ou atraso;
- a reestruturação de um empréstimo ou adiantamento pelo Banco em condições que o Banco não consideraria como interessantes para realizar;
- a probabilidade de que o devedor entre em falência ou outra reorganização financeira; ou o desaparecimento de um mercado ativo para um título devido a dificuldades financeiras;
- um empréstimo que tenha sido renegociado devido à deterioração na condição do mutuário, é geralmente considerado como sujeito à redução ao valor recuperável, a menos que haja evidência de que o risco de não receber os fluxos de caixa contratuais tenha sido reduzido significativamente e não há nenhum outro indicador de "impairment".

Todos os empréstimos e adiantamentos e títulos a custo amortizado individualmente significativos foram submetidos a um teste específico de redução ao valor recuperável. Empréstimos e adiantamentos e títulos a custo amortizado não considerados como individualmente significativos, foram coletivamente submetidos a teste de redução ao valor recuperável por meio do agrupamento de empréstimos e adiantamentos e títulos a custo amortizado com características de risco de crédito semelhantes.

Deutsche Bank Brasil
Demonstrações financeiras
Referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de Reais)

xii. Apresentação da provisão para perdas de crédito esperadas no balanço patrimonial

As provisões para perdas de crédito esperadas são apresentadas no balanço patrimonial da seguinte forma:

- ativos financeiros mensurados ao custo amortizado: como uma dedução do valor contábil bruto dos ativos;
- compromissos de empréstimo e contratos de garantia financeira: como uma provisão; e
- instrumentos da dívida mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes: nenhuma provisão perdas é reconhecida no balanço patrimonial, pois o valor contábil desses ativos corresponde ao valor justo.

xiii. Avaliação individual ou coletiva

Uma mensuração individual de *impairment* se baseou na melhor estimativa da Administração do valor presente dos fluxos de caixa cujo recebimento era esperado. Ao estimar estes fluxos de caixa, a Administração exerceu julgamento quanto à situação financeira de um devedor e ao valor líquido realizável de qualquer garantia subjacente. Cada ativo reduzido ao valor recuperável foi avaliado com relação aos seus méritos, ao passo que a estratégia de teste e a estimativa dos fluxos de caixa considerados recuperáveis, foram aprovadas pelos responsáveis de risco de crédito do Banco.

Ao avaliar a necessidade de provisão coletiva para perdas, a Administração considerou fatores como qualidade de crédito, tamanho da carteira, concentrações e fatores econômicos. Para estimar a provisão necessária, foram estabelecidas premissas para definir como as perdas inerentes estavam modeladas e para determinar os parâmetros de dados necessários, com base na experiência histórica e nas condições econômicas atuais.

xiv. Mensuração da redução ao valor recuperável (“*impairment*”)

As perdas por redução ao valor recuperável de ativos mensurados ao custo amortizado foram calculadas como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados pela taxa efetiva de juros original do ativo. As perdas por redução ao valor recuperável em ativos mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes foram calculadas como a diferença entre o valor contábil e o valor justo.

xv. Reversão da redução ao valor recuperável (“*impairment*”)

Para ativos mensurados ao custo amortizado: Caso um evento ocorrido após a redução ao valor recuperável tenha causado a redução no valor da perda por redução do valor recuperável, a redução na perda por redução do valor recuperável foi revertida por meio do resultado.

Para títulos da dívida mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes: Se, em um período subsequente, o valor justo de um título da dívida reduzido ao valor recuperável tenha aumentado e esse aumento pôde ser objetivamente atrelado a um evento ocorrido após o reconhecimento da perda por redução ao valor recuperável, a perda por redução ao valor recuperável foi revertida por meio do resultado; caso contrário, qualquer aumento no valor justo foi reconhecido por meio de outros resultados abrangentes.

Qualquer recuperação subsequente no valor justo de um título patrimonial mensurado ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e reduzido ao valor recuperável foi reconhecida a qualquer momento em outros resultados abrangentes.

i.2) Designação ao valor justo por meio do resultado

i. Ativos financeiros

No reconhecimento inicial, o Banco designou determinados ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado, pois está designação elimina ou reduz significativamente um descasamento contábil.

Deutsche Bank Brasil
Demonstrações financeiras
Referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de Reais)

i.3) Valores de perdas de crédito esperada

Informações, premissas e técnicas utilizadas na estimativa da redução ao valor recuperável (“impairment”):

i. Classificação de instrumentos financeiros por estágios

A carteira de instrumentos financeiros sujeitos a *impairment* está dividida em três níveis, com base no estágio de cada instrumento relacionado ao seu nível de risco de crédito:

- Estágio 1: Entende-se que um instrumento financeiro nesta fase não tenha um aumento significativo no risco desde o seu reconhecimento inicial. A provisão sobre este ativo representa a perda esperada resultante de possíveis não cumprimentos no decorrer dos próximos 12 meses;

- Estágio 2: Se for identificado um aumento significativo no risco desde o reconhecimento inicial, sem ter materializado deterioração, o instrumento financeiro será enquadrado dentro deste estágio. Neste caso, o valor referente à provisão para perda esperada por inadimplência reflete a perda estimada da vida residual do instrumento financeiro. Para a avaliação do aumento significativo do risco de crédito, serão utilizados os indicadores quantitativos de medição utilizados na gestão normal de risco de crédito como atraso, assim como outras variáveis qualitativas, tais como a indicação de ser uma operação não deteriorada se considerada como refinanciada ou operações incluídas em um acordo especial; e

- Estágio 3: Um instrumento financeiro é registrado dentro deste estágio, quando ele mostra sinais de deterioração evidentes como resultado de um ou mais eventos que já ocorreram e que se materializam em uma perda. Neste caso, o valor referente à provisão para perdas reflete as perdas esperadas por risco de crédito ao longo da vida residual esperada do instrumento financeiro.

ii. Metodologia de estimativa de *impairment*

A mensuração da perda esperada se realiza através dos seguintes fatores:

- Exposição a Inadimplência ou EAD (*Expected Default*): é o valor da transação exposta ao risco de crédito, incluindo a relação de saldo atual disponível que poderiam ser fornecidos no momento da inadimplência. Os modelos desenvolvidos incorporam premissas sobre as mudanças no cronograma de pagamento das operações.

- Probabilidade de Inadimplência PD (*Probability of Default*) : é definido como a probabilidade de que a contraparte possa não cumprir as suas obrigações para pagar o principal e/ou juros. Para efeitos do IFRS 9, serão considerados ambos: PD-12 meses, que é a probabilidade de que o instrumento financeiro entre em inadimplência durante os próximos 12 meses bem como a PD-tempo de vida, que considera a probabilidade de que a operação entre em inadimplência entre a data do balanço e a data de vencimento residual da operação. A norma exige que informações futuras relevantes para a estimativa desses parâmetros devem ser consideradas.

- Perda por Inadimplência LGD (*Loss given Default*): é o valor não recuperado pelo credor frente ao valor do empréstimo concedido, ou seja, a porcentagem de exposição que não pode ser recuperado em caso de inadimplência. Depende, principalmente, das garantias associadas à operação, que são consideradas como fatores de mitigação de riscos associados a cada ativo financeiro de crédito e aos fluxos de caixa futuros esperados a serem recuperados. Conforme estabelecido na normativa, deve ser levada em conta informação futura para sua estimativa.

- Taxa de desconto: é a taxa aplicada aos fluxos de caixa futuros estimados durante a vida esperada do ativo, para trazê-los ao valor presente.

Para a estimativa dos parâmetros supracitados, o Banco tem aplicado a sua experiência no desenvolvimento de modelos internos para o cálculo dos parâmetros tanto para fins do ambiente regulatório, quanto para gestão interna.

iii. Definição de inadimplência

O Banco considera que um ativo financeiro está em situação de inadimplência quando:

Deutsche Bank Brasil
Demonstrações financeiras
Referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de Reais)

- for provável que o devedor não pagará integralmente suas obrigações de crédito ao Banco; ou
- o devedor apresenta obrigações de crédito significativas perante o Banco vencidas há mais de 90 dias, como regra geral.

Os saques a descoberto são considerados vencidos caso o cliente viole um limite recomendado ou o limite inicialmente concedido tenha sido reduzido em função do montante atual em aberto.

Ao avaliar se um devedor está inadimplente, o Banco considera indicadores:

- qualitativos – por exemplo, violações às cláusulas restritivas (*covenants*);
- quantitativos – por exemplo, status de vencido e não pagamento de outra obrigação do mesmo emissor perante o Banco;
- e
- baseados em dados coletados internamente e obtidos de fontes externas.

j. Ativos imobilizados

(i) Reconhecimento e avaliação

Os itens do imobilizado são avaliados pelo custo menos a depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável.

O custo inclui as despesas diretamente atribuíveis à aquisição do ativo. O custo de ativos construídos pela própria empresa inclui o custo de materiais e mão-de-obra direta, quaisquer outros custos diretamente atribuíveis necessários à operacionalidade para a utilização prevista, e os custos de remoção dos itens e recuperação do local em que se encontram estabelecidos. Benfeitorias em imóveis de terceiros é de acordo com o prazo do contrato de locação.

Quando os principais componentes de um item do imobilizado possuem diferentes vidas úteis, são contabilizados como itens separados do imobilizado.

(ii) Custos subsequentes

O custo de substituir parte de um item do imobilizado é reconhecido no valor do bem quando for provável que os benefícios econômicos futuros, incorporados no bem, sejam revertidos para o Banco e o seu custo seja mensurado de maneira confiável. Os custos de reparos rotineiros do imobilizado são reconhecidos no resultado à medida que são incorridos.

(iii) Depreciação

A depreciação é reconhecida no resultado pelo método linear considerando a vida útil estimada de cada parte de um bem do imobilizado.

As vidas úteis estimadas para a atualidade e os períodos comparativos são os seguintes:

Sistemas e processamentos de dados	5 anos
Móveis, utensílios, máquinas e equipamentos	10 anos

O método de depreciação, a vida útil e os valores residuais dos bens do imobilizado são reavaliados a cada data de balanço.

k. Outros Ativos

Refere-se substancialmente aos valores em moedas estrangeiras que estão atualizadas às taxas oficiais de câmbio em vigor na data do encerramento do exercício e são acrescidas de encargos contratuais atualizados “pro rata dia”.

Deutsche Bank Brasil
Demonstrações financeiras
Referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de Reais)

l. Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

Os valores de contabilização dos ativos não financeiros do Banco, exceto outros valores e bens e ativos de impostos diferidos, são revisados a cada data de balanço para determinar se há alguma indicação de redução ao valor recuperável. Caso haja tal indicação, o valor recuperável do ativo é estimado. O valor recuperável do ágio é estimado a cada data de publicação do balanço.

É reconhecida uma perda por redução ao valor recuperável se o valor de contabilização de um ativo ou a sua unidade geradora de caixa excede seu valor recuperável. Uma unidade geradora de caixa é o menor grupo identificável de ativos que gera fluxos de caixa substancialmente independentes de outros ativos e grupos. Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. As perdas por redução ao valor recuperável reconhecidas em relação às unidades geradoras de caixa são distribuídas primeiramente para reduzir o valor de contabilização de qualquer ágio distribuído às unidades e depois para reduzir o valor de contabilização dos demais ativos da unidade (ou grupo de unidades) em bases *pro rata*.

O valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa é o maior entre seu valor em uso e seu valor justo deduzido dos custos de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao valor presente utilizando-se uma taxa de desconto antes dos impostos que reflete avaliações no mercado corrente do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo.

Uma perda por redução ao valor recuperável em relação a ágio não é revertida. No tocante a outros ativos, as perdas por redução ao valor recuperável reconhecidas em períodos anteriores são avaliadas a cada data de balanço para detectar indicações de que a perda tenha diminuído ou não exista mais. Uma perda por redução ao valor recuperável é revertida se houver mudança nas estimativas utilizadas para se determinar o valor recuperável.

Uma perda por redução ao valor recuperável é revertida somente na extensão em que o valor de contabilização do ativo não exceda o valor de contabilização que teria sido determinado, líquido de depreciação e amortização, caso nenhuma perda por redução ao valor recuperável tivesse sido reconhecida.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, não foram identificados qualquer ativo que se classifique para fins de redução ao valor recuperável.

m. Depósitos, títulos emitidos e passivos subordinados

Os depósitos, os títulos emitidos e os passivos subordinados são as fontes com que o Banco conta para captação.

Os depósitos, os títulos emitidos e os passivos subordinados são inicialmente mensurados a valor justo mais custos de transação e subsequentemente mensurados pelo seu custo amortizado utilizando-se o método da taxa efetiva de juros, exceto nos casos em que o Banco decide registrar os passivos a valor justo no resultado.

O Banco contabiliza alguns depósitos, títulos emitidos e passivos subordinados a valor justo, sendo as mudanças de valor justo reconhecidas imediatamente no resultado conforme descrito na política contábil i (v).

n. Provisões

Os valores demonstrados incluem, quando aplicável, os encargos e as variações monetárias (em base “pro rata dia”) e cambiais incorridos. As provisões para contingências, de quaisquer natureza, são reavaliadas periodicamente pela Administração, que leva em consideração, entre outros fatores, as possibilidades de êxito da ação e a opinião de seus consultores jurídicos. As contingências são registradas de acordo com o estabelecimento no IAS 37 passivos contingentes e ativos contingentes. A provisão é considerada suficiente para cobrir prováveis perdas que possam ser incorridas pelo Banco.

o. Garantias financeiras

Garantias financeiras são contratos que requerem do Banco pagamentos específicos perante o possuidor da garantia

Deutsche Bank Brasil
Demonstrações financeiras
Referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de Reais)

financeira por uma perda incorrida por este quando um devedor específico deixou de fazer o pagamento, conforme os termos do instrumento de dívida.

Passivos de garantia financeira são inicialmente reconhecidos pelo valor justo, que é amortizado durante o prazo do contrato da garantia financeira. O passivo de garantia é subsequentemente contabilizado pelo que for superior entre o valor amortizado e o valor presente do pagamento esperado (quando um pagamento relativo a garantia tornar-se provável). As garantias financeiras são classificadas em outros passivos.

p. Benefícios aos empregados

Os benefícios concedidos aos funcionários são: seguro de vida, seguro saúde e odontológico, vale alimentação, vale refeição, auxílio creche e babá, vale transporte e estacionamento, sendo que nenhum destes benefícios é considerado parte do salário.

A despesa referente a estes benefícios é reconhecida no mesmo período da prestação de serviço por parte do funcionário.

q. Lucro por ação

O Banco apresenta dados de lucro por ação básico para suas ações ordinárias. O lucro por ação básico é calculado dividindo-se o lucro ou prejuízo atribuível aos portadores de ações ordinárias do Banco pela média ponderada do número de ações ordinárias em circulação durante o período. O lucro por ação diluído é determinado ajustando-se o lucro ou prejuízo atribuível aos portadores de ações ordinárias.

4. Uso de estimativas e julgamentos

A Administração avalia junto aos comitês interno o desenvolvimento, a seleção e a divulgação de informações sobre as políticas e estimativas contábeis significativas do Banco e suas respectivas aplicações.

Essas divulgações complementam os comentários sobre identificação e avaliação de redução ao valor recuperável contemplados na nota explicativa 3.1

Fontes fundamentais de incerteza nas estimativas

Redução ao valor recuperável de empréstimos e recebíveis

A eventual perda por redução ao valor recuperável dos ativos registrados pelo custo amortizado é avaliada segundo as bases descritas na política contábil.

O específico componente da contraparte no total de provisões para redução ao valor recuperável aplica-se a valores avaliados individualmente e é baseado na melhor estimativa da administração do valor presente dos recebimentos previstos. Na estimativa desses fluxos de caixa, a Administração avalia a situação financeira da contraparte e do valor líquido realizável de qualquer garantia relacionada.

As provisões de redução ao valor recuperável calculadas coletivamente cobrem as perdas de crédito inerentes a carteiras de créditos com características econômicas similares quando existem evidências objetivas que elas contêm créditos com redução ao valor recuperável que não podem ser identificados individualmente. Um dos componentes das provisões calculadas coletivamente é o risco país. Ao avaliar a necessidade de provisões coletivas para devedores duvidosos, a Administração leva em consideração fatores como qualidade de crédito, tamanho da carteira, concentrações e fatores econômicos. Para estimar a provisão necessária, são assumidas premissas para definir a forma de modelagem das perdas inerentes e determinar os padrões de entrada necessários, baseados na experiência histórica e nas condições econômicas presentes. A precisão das provisões depende, no caso de contrapartes específicas, da qualidade dessas estimativas de recebimentos futuros e das premissas e dos parâmetros do modelo utilizado para determinação das provisões coletivas.

A utilização de metodologias alternativas e de outras premissas e estimativas poderiam resultar em níveis diferentes das perdas por redução ao valor recuperável reconhecidas, com o consequente impacto nos resultados apresentados.

Deutsche Bank Brasil
Demonstrações financeiras
Referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de Reais)

Valor justo dos instrumentos financeiros

O valor justo dos instrumentos financeiros é determinado com base em cotações de mercados ativos, quando disponíveis, e na ausência de cotação é determinado com base na utilização de preços de transações recentes, semelhantes e realizadas em condições de mercado, ou com base em metodologias de avaliação, baseadas em técnicas de fluxos de caixa futuros descontados considerando as condições de mercado, o valor do dinheiro no tempo, a curva de rentabilidade e fatores de volatilidade. Estas metodologias podem requerer a utilização de pressupostos ou julgamentos na estimativa do valor justo. Consequentemente, a utilização de diferentes metodologias ou de diferentes pressupostos ou julgamentos na aplicação de determinado modelo, pode resultar em resultados financeiros diferentes daqueles apresentados.

Redução ao valor recuperável de ativos financeiros disponíveis para venda

O Banco determina a existência de redução ao valor recuperável nos seus ativos financeiros disponíveis para venda quando existe uma desvalorização permanente ou de valor significativo no seu valor justo. A determinação de uma desvalorização permanente ou de valor significativo requer julgamento. No julgamento efetuado, o Banco avalia entre outros fatores, a volatilidade normal dos preços dos ativos.

Adicionalmente, as avaliações são obtidas através de preços de mercado ou de modelos de avaliação os quais requerem a utilização de determinadas premissas ou julgamento no estabelecimento das estimativas do valor justo.

A utilização de metodologias alternativas e de diferentes premissas e estimativa poderá resultar em um nível diferente de perdas por redução ao valor recuperável reconhecidas, com o consequente impacto nos resultados do Banco.

Opiniões subjetivas críticas na aplicação das políticas contábeis do Banco

Classificação de ativos e passivos financeiros

As políticas contábeis do Banco fornecem o escopo para, em determinadas circunstâncias, classificar ativos e passivos em diferentes categorias contábeis quando do seu reconhecimento inicial:

- Para a classificação de ativos ou passivos financeiros como “Destinados à negociação”, o Banco determinou que eles atendem à definição apresentada na política contábil 3.k.
- Para ativos ou passivos financeiros ao valor justo através de resultados, o Banco determinou que eles atendem a um dos critérios definidos na política contábil 3.i (viii) para tal classificação.
- Para a classificação de ativos ou passivos financeiros como mantidos até o vencimento, o Banco mantém políticas rígidas que determinam a manifestação clara sobre a intenção e a capacidade de mantê-los até a data do vencimento. Não há ativos ou passivo classificados nessa categoria nos exercícios findos em 2020 e 2019.

5. Ajustes para as IFRS

Conforme descrito na Nota Explicativa nº 2, estas são as demonstrações financeiras preparadas pelo Banco de acordo com as normas internacionais de contabilidade (IFRS).

As políticas contábeis descritas na Nota Explicativa nº 3 foram utilizadas na preparação destas demonstrações financeiras relativamente aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021.

Apresentamos a seguir os efeitos para as IFRS na posição financeira do Banco em 31 de dezembro de 2022:

Deutsche Bank Brasil
Demonstrações financeiras
Referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de Reais)

ATIVO	Notas	BRGAAP 31/12/2022	Ajustes	IFRS 31/12/2022
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA		2.667.922	-	2.667.922
ATIVOS FINANCEIROS		14.404.607	(4.880.233)	9.524.374
Mensurados ao custo amortizado	a	3.031.556	384.584	3.416.140
Instrumentos de dívida		911.275	(8.291)	902.984
Créditos a clientes e recebíveis		2.132.606	391.350	2.523.956
Redução ao valor recuperável		(12.325)	1.525	(10.800)
Mensurados ao valor justo no resultado		11.246.165	(5.264.817)	5.981.348
Instrumentos financeiros derivativos	b	7.642.508	(5.264.817)	2.377.691
Instrumentos de dívida		3.603.657	-	3.603.657
Mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes		126.886	-	126.886
Instrumentos de dívida		126.886	-	126.886
ATIVO TANGÍVEL	c	20.113	13.452	33.565
CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS		157.868	(38.746)	119.122
Ativos tributários correntes		45.847	-	45.847
Ativos tributários diferidos	d	112.021	(38.746)	73.275
OUTROS ATIVOS		261.914	-	261.914
TOTAL DO ATIVO		17.512.424	(4.905.527)	12.606.897
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO				
PASSIVO FINANCEIRO	Notas	BRGAAP 31/12/2022	Ajustes	IFRS 31/12/2022
		14.480.908	(4.833.080)	9.647.828
Mensurado ao custo amortizado		6.741.219	391.350	7.132.569
Depósitos de clientes		2.845.170	-	2.845.170
Depósitos de instituições financeiras		430.809	-	430.809
Empréstimos e financiamentos		3.465.240	391.350	3.856.590
Mensurado ao valor justo no resultado		7.739.689	(5.224.430)	2.515.259
Instrumentos financeiros derivativos	b / e	7.739.689	(5.224.430)	2.515.259
PROVISÕES	a	243.486	(9.224)	234.262
PASSIVOS FISCAIS		122.872	(56.041)	66.831
Passivos tributários correntes		66.831	-	66.831
Passivos tributários diferidos	d	56.041	(56.041)	-
PASSIVO DE ARRENDAMENTO	c	-	13.956	13.956
Passivo de arrendamento		-	13.956	13.956
OUTROS PASSIVOS		187.959	-	187.959
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		2.477.199	(21.138)	2.456.061

Deutsche Bank Brasil
Demonstrações financeiras
Referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de Reais)

Capital social		1.644.551	-	1.644.551
Reservas	f	832.648	(21.138)	811.510
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		<u>17.512.424</u>	<u>(4.905.527)</u>	<u>12.606.897</u>

	<u>Notas</u>	<u>BRGAAP 31/12/2022</u>	<u>Ajustes</u>	<u>IFRS 31/12/2022</u>
Receitas Financeiras		10.791.904	-	10.791.904
Despesas Financeiras	c	(10.330.428)	(354)	(10.330.782)
Margem Financeira		<u>461.476</u>	<u>(354)</u>	<u>461.122</u>
Receita de variação cambial		84.665	-	84.665
Resultado de variação cambial		<u>84.665</u>	<u>-</u>	<u>84.665</u>
Receitas de serviços e comissões		101.993	-	101.993
Despesas com serviços e comissões		(14.968)	-	(14.968)
Resultado Líquido de serviços e comissões		<u>87.024</u>	<u>-</u>	<u>87.024</u>
Resultado de instrumentos financeiros		(40.541)	(4.623)	(45.164)
Ganhos ou perdas com instrumentos financeiros derivativos	e	10.858	(30.928)	(20.070)
Resultado de instrumentos financeiros		<u>(29.683)</u>	<u>(35.551)</u>	<u>(65.234)</u>
Resultado de redução ao valor recuperável	a	<u>122.887</u>	<u>(67.711)</u>	<u>55.176</u>
Despesas com pessoal		(150.132)	-	(150.132)
Depreciação e amortização		(3.686)	-	(3.686)
Outras receitas/despesas		28.861	-	28.861
Despesas Tributárias		(36.044)	-	(36.044)
Outras despesas administrativas		(122.408)	-	(122.408)
Resultado antes do imposto		<u>442.960</u>	<u>(103.616)</u>	<u>339.344</u>
Imposto corrente e diferido	d	(186.819)	46.012	(140.807)
Resultado Líquido do exercício		<u>256.141</u>	<u>(57.604)</u>	<u>198.537</u>
Quantidade de ações		1.119.390.296	-	1.119.390.296
Lucro por ação R\$		0.23	-	0.18

Deutsche Bank Brasil
Demonstrações financeiras
Referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de Reais)

Os ajustes acima identificados referem-se a:

a) Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado

Os ajustes são oriundos dos seguintes itens: **(i)** ajuste Spot vs. Ptax relativo à debênture indexada ao câmbio no valor de R\$ (8.291) (2021 – (1.768)), **(ii)** reclassificação das contas referentes à adiantamentos sobre contratos de câmbio classificadas no passivo para fins de Local GAAP no valor de R\$ 391.350 (2021 – R\$ 28.780), **(iii)** redução no valor recuperável registrado no ativo sobre operações de crédito no valor de R\$ 1.525 (2021 – R\$ (79.590)), e **(iv)** redução no valor recuperável registrado no passivo sobre compromissos de empréstimos e contratos de garantias financeiras no valor de R\$ (9.224) (2021 – R\$ (21.413)).

b) Ativos financeiros mensurados ao valor justo no resultado

Foram efetuadas as compensações do saldos ativos e passivos da carteira de câmbio e incluídos os saldos líquidos no balanço patrimonial.

c) Imobilizado e passivo de arrendamento

Os ajustes são oriundos da adoção do IFRS 16 nos seguintes montantes:

Imobilizado: R\$ 13.452 (2021 – R\$ 4.989) e Passivo de arrendamento: R\$ 13.956 (2021 – R\$ 5.139)

d) Crédito tributário diferido - R\$ 17.295 (2021 - R\$ (30.545))

Refere-se à aplicação da alíquota vigente de imposto de renda e contribuição social, calculados sobre o valor total dos ajustes. Ademais, foram efetuadas as compensações do saldos ativos e passivos do IRPJ e CSLL diferidos e incluídos os saldos líquidos no balanço patrimonial.

e) Passivo financeiro mensurado ao valor justo no resultado

Instrumentos financeiros derivativos – R\$ (40.387) (2021 - R\$ (9.795)).

Refere-se ao ajuste da precificação (valor presente e taxa – Ptax x Spot) dos contratos de arbitragens de moedas e câmbio no montante de R\$ (26.656) (2021 – R\$ 8.992), ao ajuste de DVA no montante de R\$ 1.774 (2021 – R\$ 2.364), relativo à avaliação do risco de default do próprio Banco, assumindo suas contrapartes em instrumentos financeiros derivativos, e reserva *dayone PnL* R\$ (15.505) (2021 – R\$ (21.151)).

f) Resultado líquido do exercício/reservas - R\$ (21.138) (2021 - R\$ 37.332)

Refere-se ao ajuste de resultado do exercício atual e anteriores.

6. Caixa e equivalentes de caixa

Os valores de caixa e equivalentes de caixa são compostos conforme segue:

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Banco Central do Brasil – Reservas livres, compulsórias e recolhimentos obrigatórios	17.750	26.222
Depósitos no exterior em moedas estrangeiras ^(a)	184.768	106.066
Aplicações em operações compromissadas ^(b)	2.465.404	1.517.984
Saldo de caixa e equivalentes de caixa	<u>2.667.922</u>	<u>1.650.272</u>

(a) Em 31 de dezembro de 2022, o montante de R\$ 163.693 refere-se a transações com partes relacionadas (dezembro 2021 – R\$ 104.476) (nota 15 (a)).

Deutsche Bank Brasil
Demonstrações financeiras
Referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de Reais)

(b) Referem-se à aplicações no mercado aberto cujo vencimento na data da aplicação é igual ou inferior a 90 dias.

7. Instrumento financeiros – Ativos

O Banco apresentou em 2022 ativos financeiros, classificados de acordo com os pronunciamentos do IFRS 9, nas categorias de custo amortizado, mensurados ao valor justo por meio do resultado (“VJR”) e mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (“VJORA”) demonstrados a seguir:

2022				
Instrumentos Financeiros – IFRS 9				
	Mensurados ao custo amortizado	VJR	VJORA	Total
Instrumentos de dívida	902.984	3.603.657	126.886	4.633.527
CDI	47.650	-	-	47.650
Aplicações em moedas estrangeiras	23.999	111.344	-	135.343
Letras do Tesouro Nacional – LTN	-	3.112.296	88.281	3.200.577
Notas do Tesouro Nacional – NTN	-	219.821	-	219.821
FILCB	-	-	38.605	38.605
Debênture	547.179	160.196	-	707.375
Depósitos judiciais	284.156	-	-	284.156
Instrumentos financeiros derivativos	-	2.377.691	-	2.377.691
NDF	-	207.471	-	207.471
SWAP	-	611.430	-	611.430
Opções	-	55.435	-	55.435
Termo de títulos	-	1.503.355	-	1.503.355
Créditos de clientes e recebíveis	2.513.156	-	-	2.513.156
Créditos a clientes e recebíveis	2.523.956	-	-	2.523.956
Redução ao valor recuperável	(10.800)	-	-	(10.800)
Total	3.416.140	5.981.348	126.886	9.524.374

2021				
Instrumentos Financeiros – IFRS 9				
	Mensurados ao custo amortizado	VJR	VJORA	Total
Instrumentos de dívida	547.968	3.052.464	1.526.270	5.126.702
CDI	37.027	284.584	-	321.611
Aplicações em moedas estrangeiras	35.436	885.283	-	920.719
Letras financeiras do tesouro – LFT	-	-	702.525	702.525
Letras do Tesouro Nacional – LTN	-	1.346.181	787.106	2.133.287
Notas do Tesouro Nacional – NTN	-	536.416	-	536.416
FILCB	-	-	36.639	36.639
Debênture	205.641	-	-	205.641
Depósitos judiciais	269.864	-	-	269.864
Instrumentos financeiros derivativos	-	398.211	-	398.211
NDF	-	131.563	-	131.563
SWAP	-	136.175	-	136.175
Opções	-	123.727	-	123.727
Termo de títulos	-	6.746	-	6.746
Créditos de clientes e recebíveis	2.205.198	-	-	2.205.198
Créditos a clientes e recebíveis	2.230.177	-	-	2.230.177

Deutsche Bank Brasil
Demonstrações financeiras
Referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de Reais)

Perda de valor recuperável	(24.979)	-	-	(24.979)
Total	2.753.166	3.450.675	1.526.270	7.730.111

7.a Créditos de clientes e recebíveis

A carteira de crédito de clientes e recebíveis é composta conforme segue:

	2022	2021
Capital de giro	423.541	370.837
Conta garantida	318.447	435.147
Cédulas de Crédito Bancário – CCB	104.315	53.239
Títulos descontados	168.102	132.736
Financiamentos à importação e exportação	34.840	49.805
Créditos por avais e fianças honrados	-	121.731
Rendas a receber de ACC	11.077	468
Recebíveis/títulos de crédito a receber	1.072.284	1.039.201
Adiantamentos sobre contratos de câmbio	391.350	27.013
Total	2.523.956	2.230.177

7.b Instrumentos financeiros derivativos

A utilização de instrumentos financeiros derivativos tem por objetivo principal proporcionar aos clientes proteção contra eventuais riscos provenientes de oscilações de moeda e de taxa de juros. Além disso, estes instrumentos são utilizados pelo Banco na administração diária dos riscos assumidos em suas operações proprietárias.

O valor de mercado dos instrumentos financeiros derivativos corresponde ao valor presente dos fluxos de caixa futuros, considerando as taxas divulgadas pela B3 (Brasil, Bolsa e Balcão) ou agente de mercado, quando necessário.

Para a obtenção destes valores de mercado, são adotados os seguintes critérios:

Futuros e termo: cotações extraídas da B3;

Swap: estima-se o fluxo de caixa de cada uma de suas pontas, utilizando-se preços da B3, descontando a valor presente, conforme as correspondentes curvas de juros, obtidas com base nos preços da B3;

Opções: O valor justo das opções é determinado com base em modelos matemáticos, tais como Black & Scholes, utilizando curvas de rendimento, volatilidades implícitas e o valor justo do ativo correspondente. Os preços atuais de mercado são usados para analisar as volatilidades.

Para os instrumentos financeiros derivativos são realizados ajustes de apuração conforme abaixo:

- **CVA (Credit Valuation Adjustment):** São realizados ajustes para os derivativos de balcão decorrentes da variação da qualidade creditícia da contraparte nos casos em que o valor de mercado de um instrumento financeiro (ou parâmetro utilizado para avaliar um instrumento financeiro) não é indicativo da qualidade de crédito da contraparte. Para fins de avaliação do ajuste de CVA leva-se em consideração, além da qualidade de crédito individual de cada contraparte, fatores contratuais destinados a reduzir a exposição de crédito do Banco para cada contraparte, tais como garantias e direitos de compensação.
- **DVA (Debit Valuation Adjustment):** São realizados ajustes para os derivativos em decorrência da variação da qualidade creditícia do próprio Banco, ou seja, o ajuste de DVA reflete o risco de *default* do próprio Banco assumindo suas contrapartes em instrumentos financeiros derivativos.

Contratos híbridos são avaliados como um todo, incluindo todas as características embutidas, e sua contabilização é efetuada de forma conjunta ao valor justo por meio do resultado. Nos casos em que um contrato contém um componente

Deutsche Bank Brasil
Demonstrações financeiras
Referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de Reais)

principal fora do escopo da IFRS 9, os derivativos embutidos são tratados como instrumentos separados se: (a) as características e os riscos econômicos do derivativo embutido não estiverem estritamente relacionados às características e riscos econômicos do contrato principal, (b) o instrumento separado, com os mesmos termos que o derivativo embutido, atender à definição de derivativo; e (c) o contrato híbrido não for mensurado ao valor justo, com as alterações no valor justo reconhecidas no resultado (ou seja, o derivativo que esteja embutido em passivo financeiro ao valor justo por meio do resultado não seja separado). Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 o Banco não possui contratos híbridos em sua carteira.

Os saldos decorrentes das operações com instrumentos financeiros derivativos são registrados em conta de compensação e patrimonial, conforme regra específica do Banco Central do Brasil.

Demonstramos a seguir a composição da carteira de derivativos para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021:

Composição por indexador:

			<u>Dezembro 2022</u>	<u>Dezembro 2021</u>
	<u>Ativo</u>	<u>Passivo</u>	<u>Valor de referência</u>	<u>Valor de referência</u>
Operações de swap	611.430	(727.860)	13.894.040	12.971.148
CDI x USD	195.421	-	894.723	789.337
CDI x Libor	19.707	-	223.805	336.611
Pré x EUR	33.463	(26.284)	736.395	20.826
USD x Pré	663	(70.341)	1.691.083	3.520.856
USD x Libor	-	(246.994)	3.627.325	7.254.650
CDI x Pré	1.021	-	70.000	49.234
Libor x EUR	1.391	-	64.672	-
Libor x USD	247.621	-	3.627.325	-
Libor x CDI	-	(18.902)	168.305	-
Pré x CDI	-	(17.137)	391.451	-
Pré x USD	112.143	(348.202)	2.398.956	-
EUR x Pré	-	-	-	303.951
USD x CDI	-	-	-	695.683
NDF de moeda	154.964	(106.747)	9.683.331	5.898.664
Posição comprada	23.652	(72.077)	4.484.580	1.215.456
Posição vendida	131.312	(34.670)	5.198.751	4.683.208
NDF de commodities	52.507	(50.952)	380.282	380.282
Posição comprada	52.507	-	190.419	190.419
Posição vendida	-	(50.952)	189.863	189.863
Opções de moeda	575	(575)	100.000	100.000
Compra de opção de compra	57	-	25.000	25.000
Venda de opção de compra	-	(57)	25.000	25.000
Compra de opção de venda	518	-	25.000	25.000
Venda de opção de venda	-	(518)	25.000	25.000
Opções de commodities	54.860	(54.860)	309.750	538.550
Compra de opção de compra	42.720	-	86.625	141.225
Venda de opção de compra	-	(42.720)	86.625	141.225
Compra de opção de venda	12.140	-	68.250	128.050
Venda de opção de venda	-	(12.140)	68.250	128.050

Deutsche Bank Brasil
Demonstrações financeiras
Referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de Reais)

Futuros ⁽¹⁾	68.103	(17.753)	21.593.461	18.007.660
Posição comprada	56.829	-		8.573.339
Dólar (US\$)	1.007	-	4.059.004	541.799
Cupom cambial – DDI	55.741	-	6.765.459	8.031.540
DI de 1 dia	80	-	1.151.308	-
WDO	-	-	-	-
Posição vendida	11.274	(17.753)		9.434.321
Dólar (US\$)	-	-	-	251.123
Cupom cambial – DDI	-	(15.304)	2.604.622	15.021
DI de 1 dia	-	(2.449)	5.045.121	9.168.177
WDO	11.274	-	1.967.947	-
Termo de título público	1.503.355	(1.503.679)	1.503.355	6.750
Compra a termo de títulos públicos	-	-	-	1.932
Venda a termo de títulos públicos	1.503.355	(1.503.679)	1.503.355	4.818
Outros instrumentos financeiros derivativos	-	(30.199)	-	-
Carteira de câmbio	-	(30.199)	-	-
Ajuste de derivativos ⁽²⁾	-	(40.387)	-	-
Total	2.445.794	(2.533.012)	47.464.219	37.903.054

- (1) Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, os valores a receber e a pagar referentes aos ajustes diários de futuros a liquidar junto à B3, acrescidos dos respectivos emolumentos, estão contabilizados na rubrica “Outros ativos - Negociação e intermediação de valores” (nota 8 (b)) e “Outros passivos - Negociação e intermediação de valores” (nota 10), respectivamente.
- (2) Refere-se ao ajuste da precificação (valor presente e taxa – $P_{tax} \times Spot$) dos contratos de arbitragens de moedas e câmbio no montante de R\$ (26.656) (2021 – R\$ 8.992), ao ajuste de DVA no montante de R\$ 1.774 (2021 – R\$ 2.364), relativo à avaliação do risco de default do próprio Banco, assumindo suas contrapartes em instrumentos financeiros derivativos, e reserva *dayone PnL* R\$ (15.505) (2021 – R\$ (21.151)).

O Banco utiliza-se de outros derivativos, não enquadrados nas classificações de *hedge* de risco de mercado e *hedge* de fluxo de caixa, para gerenciar a exposição a riscos de moeda, taxa de juros, mercado de capitais e risco de crédito. Os instrumentos utilizados são *swaps* de taxa de juros, de moedas e de riscos de crédito, contratos futuros, opções e NDFs.

O quadro abaixo demonstra a abertura dos instrumentos financeiros derivativos mensurados a valor justo por meio do resultado de acordo com os níveis de hierarquia descritos no IFRS 13.

	2022			
	Valor de Referência	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Instrumentos financeiros derivativos				
NDF	10.063.613	-	207.471	-
Swap	13.894.040	-	611.430	-
Opções	409.750	-	55.435	-
Termo de títulos públicos	1.503.355	-	1.503.355	-
Futuros	21.593.461	68.103	-	-
Total	47.464.219	68.103	2.377.691	-

Deutsche Bank Brasil
Demonstrações financeiras
Referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de Reais)

	2021			
	Valor de Referência	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Instrumentos financeiros derivativos	37.903.054	-	398.211	
NDF	6.278.946	-	131.563	-
Swap	12.971.148	-	136.175	-
Opções	638.550		123.727	
Termo de títulos públicos	6.750		6.746	
Futuros	18.007.660	5.414	-	-
Total	37.903.054	5.414	398.211	

Nível 1 - Preços cotados e não ajustados em mercados ativos:

Para as operações de Futuros, as cotações são extraídas da B3 e da ANBIMA, conforme o caso.

O valor justo dos títulos públicos representa o fluxo de caixa futuro descontado ao valor presente pelas taxas divulgadas pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais (ANBIMA).

Para as aplicações em moedas estrangeiras, o valor contábil se aproxima de seu valor justo.

Nível 2 - *Inputs* incluídos no nível 1 que são observáveis para ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços):

O valor justo dos instrumentos financeiros derivativos corresponde ao valor presente dos fluxos de caixa futuros, considerando as taxas divulgadas pela B3 ou agente de mercado, quando necessário.

Para a obtenção destes valores justos, são adotados os seguintes critérios:

- *Swap* e NDF: estima-se o fluxo de caixa de cada uma de suas pontas, utilizando preços da B3 e preços de commodities, descontando a valor presente, conforme as correspondentes curvas de juros, obtidas com base nos preços da B3;
- Opções: O valor justo das opções é determinado com base em modelos matemáticos, tais como Black & Scholes, utilizando curvas de rendimento, volatilidades implícitas e o valor justo do ativo correspondente. Os preços atuais de mercado são usados para analisar as volatilidades.

Nível 3 - *Inputs* de nível 3 são dados não observáveis para o ativo ou passivo, uma vez que dados observáveis relevantes não se encontram disponíveis na medida em que há pouca ou nenhuma atividade de mercado para esse ativo ou passivo na data de mensuração.

Em 31 de dezembro de 2022, os instrumentos financeiros classificados como nível 3 referem-se a debêntures, assim classificadas pois seu respectivo apreçamento envolve parâmetros internos e pouco observáveis. A movimentação desses ativos financeiros é abaixo demonstrada:

Saldo em 31 de dezembro de 2021	-
Novas contratações	161.165
Ganhos e perdas reconhecidos	(969)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	160.196

Deutsche Bank Brasil
Demonstrações financeiras
Referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de Reais)

A composição dos ativos financeiros cedidos em garantia é composta conforme abaixo:

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Letras do tesouro nacional – LTN	1.029.239	1.652.090
Letras financeiras do tesouro – LFT	-	651.366
Títulos dados em garantia de ops. em câmaras de líq. e comp.	38.605	36.639
Notas do tesouro nacional – NTN	124.246	312.390
Depósitos Judiciais	284.156	269.864
Total	<u>1.476.246</u>	<u>2.922.349</u>

Essas transações são conduzidas de acordo com os termos usuais e costumeiros em atividades bancárias de tomada e concessão de títulos e valores mobiliários, bem como segundo os requisitos determinados pelas bolsas, nos quais o Banco atua como intermediário. Os resultados encontram-se registrados na rubrica resultado de instrumentos financeiros.

8. Outro Ativos

A rubrica de outros ativos é composta conforme segue:

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Pagamentos a ressarcir ^(a)	81.950	86.899
Negociação e intermediação de valores ^(b)	137.891	35.569
Devedores diversos	17.851	24.212
Serviços prestados a receber	13.405	17.818
Rendas a receber	632	3.417
Adiantamento, antecipações salariais e outros	1.835	1.262
Despesas antecipadas	8.350	788
Total	<u>261.914</u>	<u>169.965</u>

- (a) Pagamentos a ressarcir referem-se, substancialmente, a valores a receber decorrentes de contrato de prestação de serviços firmado com as coligadas do grupo no exterior, em virtude do registro de operações fechadas globalmente, com registro nas respectivas localidades.
- (b) Negociação e intermediação de valores refere-se a devedores – conta liquidações pendentes no montante de R\$ 87.541 (2021 – R\$ 35.569) e a operações com ativos financeiros e mercadorias a liquidar no montante de R\$ 50.350 (2021 – zero).

9. Instrumentos financeiros - Passivo financeiro

9.a Mensurados ao custo amortizado

- a) Depósito de clientes

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, depósitos de clientes são compostos conforme segue:

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Depósitos a prazo ⁽ⁱ⁾	2.508.872	3.077.780
Depósitos à vista	336.298	402.364
Total	<u>2.845.170</u>	<u>3.480.144</u>

Deutsche Bank Brasil
Demonstrações financeiras
Referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de Reais)

- (i) Os depósitos a prazo são compostos por valores indexados ao CDI-B3, com percentual entre 70% e 104% (dezembro 2021 – entre 70% e 106%). Do montante total de depósitos a prazo, R\$ 459.896 (dezembro 2021 – R\$ 380.807) correspondem a transações com partes relacionadas (nota 19 (a)). Segue abertura por prazo de vencimento:

	<u>Dezembro 2022</u>	<u>Dezembro 2021</u>
Faixas de vencimento		
Até 3 meses	647.514	601.971
3 a 12 meses	1.932.525	2.161.052
1 a 3 anos	60.576	314.757
Acima de 3 anos	204.555	-
Total	<u>2.845.170</u>	<u>3.077.780</u>

- b) Depósito de instituições financeiras

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, depósitos de instituições financeiras são compostos conforme segue:

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Depósitos de instituições autorizadas a funcionar pelo Bacen	167.857	207.322
Depósitos interfinanceiros – Não ligadas	197.029	-
Cobrança de terceiros em trânsito	115	66
Ordens de pagamentos em moedas estrangeiras	65.808	58.906
Total	<u>430.809</u>	<u>266.294</u>

- c) Empréstimos e financiamentos

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Obrigações por tomada de linha ⁽ⁱ⁾	3.439.768	1.911.155
Financiamentos à exportação ⁽ⁱⁱ⁾	416.822	31.585
Total	<u>3.856.590</u>	<u>1.942.740</u>

- (i) Referem-se às operações de curto prazo de "interbank" com DB New York, em Dólar, com taxa máxima de até 3,69% ao ano e vencimento em março de 2028.
- (ii) Referem-se às captações com o DB AG New York e DG AG Frankfurt, em Dólar e Euro, com taxa de juros de até 3,01% ao ano e vencimento até maio de 2023.

9.b Mensurados ao valor justo por meio do resultado

O quadro abaixo demonstra abertura dos instrumentos financeiros a valor justo por meio de resultado de acordo com os níveis de hierarquia descritos no IFRS 13.

	<u>2022</u>			
	<u>Valor de Referência</u>	<u>Nível 1</u>	<u>Nível 2</u>	<u>Nível 3</u>
Instrumentos financeiros derivativos				
NDF	10.063.613	-	(157.699)	-
Swap	13.894.040	-	(727.860)	-
Opções	409.750	-	(55.435)	-
Termo de títulos públicos	1.503.355	-	(1.503.679)	-
Futuros	21.593.461	(17.753)	-	-
Carteira de câmbio	-	-	(30.199)	-
Total	<u>47.464.219</u>	<u>(17.753)</u>	<u>(2.474.872)</u>	<u>-</u>

Deutsche Bank Brasil
Demonstrações financeiras
Referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de Reais)

	2021			
	Valor de Referência	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Instrumentos financeiros derivativos	37.903.054	-	(1.189.344)	
NDF	6.278.946	-	(123.554)	-
Swap	12.971.148	-	(884.815)	-
Opções	638.550	-	(123.727)	-
Termo de títulos públicos	6.750	-	(6.718)	-
Futuros	18.007.660	(182.892)	-	-
Carteira de câmbio	-	-	(50.530)	-
Total	37.903.054	(182.892)	(1.189.344)	-

Para maiores informações sobre a carteira de derivativos do Banco, vide nota 8 (b).

10. Outros Passivos

A composição da rubrica de outros passivos é a seguinte:

	2022	2021
Negociação e intermediação de valores	87.541	213.047
Serviços tomados a pagar – Empresas no exterior	82.998	9.627
Diversos	17.420	10.895
Total	187.959	233.569

11. Créditos tributários – Ativos fiscais diferidos

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, os valores ativos e passivos relacionados ao diferimento de tributos são compostos conforme segue:

	2022				2021			
	IRPJ	CSLL	IFRS	Total	IRPJ	CSLL	IFRS	Total
Crédito Tributário (a)								
Diferenças temporárias	(4.870)	(3.529)	17.295	8.896	62.404	49.923	(30.545)	81.782
	(4.870)	(3.529)	17.295	8.896	62.404	49.923	(30.545)	81.782
Crédito Tributário (b)								
Prejuízo fiscal / base negativa	28.401	35.978	-	64.379	43.159	47.215	-	90.374
	28.401	35.978	-	64.379	43.159	47.215	-	90.374

a. Movimentação dos créditos tributários sobre diferenças temporárias

	Dez/21	Constituição	(Reversão)/(Realização)	IFRS	Dez/22
Diferenças temporárias					
Imposto de renda	62.404	48.501	(115.774)	9.608	4.739
Contribuição social	49.923	40.461	(93.914)	7.687	4.157
	112.327	88.962	(209.688)	17.295	8.896

Deutsche Bank Brasil
Demonstrações financeiras
Referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de Reais)

Crédito tributário constituído sobre diferenças temporárias oriundas de processos judiciais (para os quais a expectativa de realização depende de decisão judicial), provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito (as quais dependem de pagamentos de dívidas pelos clientes), benefícios pós-emprego, remuneração variável diferida e marcação a mercado de instrumentos financeiros.

O montante de créditos tributários sobre diferenças temporárias em dezembro de 2022 totalizou R\$ 8.896 (dezembro 2021 – R\$ 81.782).

A expectativa de realização desta modalidade de crédito tributário está vinculada à geração de resultados futuros e realização das operações a ela associadas, com o planejamento feito pela Administração e elaboração de estudo técnico. Baseado nos resultados projetados, a realização ocorrerá de acordo com o prazo de vencimento das operações, sendo sua dedutibilidade distribuída da seguinte forma: 2023 – 10,13%; 2024 – 24,48%; 2025 – 14,07%; 2026 – 14,59%; 2027 – 10,25%; e entre 2028 e 2032 – 26,48%.

b. Movimentação dos créditos tributários sobre prejuízo fiscal e base negativa

	Dez/21	Constituição	(Reversão)/(Realização)	Dez/22
Prejuízo fiscal e base negativa				
Imposto de renda	43.160	11.760	(26.518)	28.401
Contribuição social	47.214	9.594	(20.831)	35.978
	90.374	21.354	(47.349)	64.379

O montante de créditos tributários sobre prejuízo fiscal e base negativa em dezembro de 2022 totalizou R\$ 64.379 (dezembro 2021 – R\$ 90.374).

A expectativa de realização desta modalidade de crédito tributário está vinculada à geração de resultados futuros, com o planejamento feito pela Administração e elaboração de estudo técnico. Baseado nos resultados projetados, a realização ocorrerá em até 10 anos, sendo sua dedutibilidade distribuída da seguinte forma (% sobre o montante total do crédito tributário sobre prejuízo fiscal e base negativa): 2023 – 46,81%; 2024 – 47,02% e 2025 – 6,17%.

O valor presente de créditos tributários sobre prejuízo fiscal, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias, descontados ao custo de capital projetado, monta em R\$ 88.236 (dezembro 2021 - R\$ 166.563).

c. Efeito no resultado do exercício e em outros resultados abrangentes

Em 31 de dezembro de 2022, o efeito no resultado do exercício e em outros resultados abrangentes decorrente dos registros de créditos tributários e impostos diferidos é composto conforme segue:

	Prejuízo fiscal/ Base negativa	Outras diferenças temporárias	Efeito líquido
	Receita/(despesa)	Receita/(despesa)	Receita/(despesa)
Imposto de renda	(14.758)	(36.712)	(51.470)
Contribuição social	(11.237)	(33.002)	(44.239)
Efeito em 2022	(25.995)	(69.714)	(95.709)
Efeito em 2021	(12.001)	(28.464)	(40.465)

(*) A diferença entre o efeito no resultado líquido em 2022 e 2021 e o resultado do ativo e passivo fiscal diferido apresentado nas demonstrações de resultados refere-se à contabilização no patrimônio líquido dos efeitos tributários sobre o ajuste de avaliação atuarial e sobre os títulos e valores mobiliários classificados na categoria de títulos

Deutsche Bank Brasil
Demonstrações financeiras
Referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de Reais)

disponíveis para venda no montante de R\$ 5.236 (dezembro 2021 – R\$ (2.997)). Os ajustes efetuados para fins de IFRS são demonstrados na nota 18.

12. Imobilizado

A composição da rubrica de ativos tangíveis é a seguinte:

	<u>2022</u>			<u>2021</u>
	<u>Móveis e Equipamentos</u>	<u>Instalações</u>	<u>Total</u>	<u>Total</u>
Custo de aquisição				
Saldo inicial	12.731	5.246	19.977	22.326
Aquisições	7.657	3.154	10.811	1.538
Imóveis em uso – arrendamento	-	8.463	8.463	(3.195)
Alienações	-	-	-	(725)
Depreciação do exercício	(3.345)	(341)	(3.686)	(1.967)
Saldo Final	17.043	16.522	33.565	17.977

13. Provisões

A composição da rubrica de provisões é a seguinte:

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Passivos contingentes	121.400	117.396
Despesas de pessoal	109.223	109.907
Redução ao valor recuperável (garantias financeiras prestadas)	1.085	40.952
Outros	2.554	28.089
Total	234.262	296.344

14. Ativos e Passivos contingentes

a) Ativos contingentes

Ativos contingentes não são reconhecidos contabilmente, ao menos que a probabilidade de êxito seja praticamente certa. Não existem processos ativos cuja perspectiva de êxito é praticamente certa ou provável, que devessem ser divulgados.

b) Passivos contingentes

O Banco é parte em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos.

Para os processos com probabilidade de perda avaliada como possível, a Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos e análise das demandas judiciais pendentes, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas com as ações em curso, conforme demonstrado a seguir:

Composição e movimentação das provisões segregadas por natureza:

Deutsche Bank Brasil
Demonstrações financeiras
Referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de Reais)

	Dezembro 2021	Adição à Provisão	Reversão de Provisão	Depósito/ pagamento	Atualizaçã o monetária	Dezembro 2022
Fiscais						
IR/CS (a)	7.548	-	-	-	253	7.801
INSS (b)	104.200	-	(19.276)	-	2.486	87.410
ISS (c)	-	16.889	-	-	-	16.889
Total fiscais	111.748	16.889	(19.276)	(-)	2.739	112.100
Trabalhistas	5.220	4.154	(997)	-	723	9.100
Administrativo (d)	427	200	(208)	(230)	11	200
Total provisões	117.395	21.244	(20.481)	(230)	3.473	121.400

- (a) Trata-se de uma provisão feita no valor de R\$ 2.223, que atualizado perfaz R\$ 5.208 (dezembro 2021 – R\$ 4.955), referente à multa isolada no processo de desmutualização das bolsas relacionado a Deutsche Bank Corretora de Valores. Foi constituída, em setembro de 2019 uma provisão no valor de R\$ 2.593 (valor mantido em 2023) relativo ao mandado de segurança de CSLL do ano base de 1989, que discute o princípio da isonomia na aplicação de alíquotas diferenciadas da contribuição.

Este último processo foi transitado em julgado e estamos aguardando a confirmação da conversão em renda da União para assim realizarmos a baixa nos livros contábeis.

- (b) Informamos a existência de execução fiscal relacionada a suposta contribuição devida ao INSS decorrente de Programa de Participação em Lucros e Resultados referente ao período de fevereiro/1999 a fevereiro/2003. A Administração do Banco provisionou o valor de R\$ 85.818 (dezembro 2021 – R\$ 104.200), representando uma reversão do valor de provisão decorrente da revisão legal e reconhecimento dentro do processo da redução da multa aplicável à dívida discutida neste caso, que passou de 80% para 20%. O depósito judicial constituído para essa causa foi atualizado para R\$ 143.266, tendo em vista que o depósito correspondia ao valor da provisão.
- (c) A Prefeitura do Município de São Paulo lavrou, em junho de 2013, auto de infração contra o Banco relativamente ao Imposto sobre Serviços - ISSQN incidente sobre receitas com rendas de garantias prestadas abrangendo os anos de 2008 a 2011, e nova autuação em abril de 2016, referente ao 1º semestre de 2012. O valor total atualizado é de R\$ 6.638 (dezembro 2021 – R\$ 6.419). Foram realizados dois depósitos sendo um em outubro de 2014 no valor de R\$ 3.076 que atualizado é de R\$ 4.818 (dezembro 2021 – R\$ 4.465) e o outro em outubro de 2018 no valor de R\$1.230 que atualizado é de R\$ 1.464 (dezembro 2021 – R\$ 1.323). Em relação às discussões com o órgão municipal, o Banco impetrou quatro ações anulatórias com a finalidade de desconstituir os autos de infração lavrados por este Município que possuem como objeto às receitas auferidas em operações de câmbio e cartas de crédito e que atualmente somam o montante de R\$ 7.131 (dezembro 2021 – R\$ 6.207). Foram realizados depósitos judiciais que somam o montante de R\$ 10.607 (dezembro 2021 – R\$ 9.071).

Os processos relacionados nesse ítem foram classificados pelos advogados externos com a probabilidade de perda possível, no entanto, o provisionamento foi requerido pelo órgão regulador do Banco.

- (d) O Banco está envolvido em Processo Administrativo Sancionador instaurado pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) contra o Banco e terceiros, relacionado a supostas irregularidades em atividades de administração, gestão, distribuição e custódia de alguns fundos de investimentos. O Banco apresentou recurso administrativo perante o Conselho de Recursos do Sistema Financeiro Nacional. Há provisão constituída no valor de R\$ 200 (dezembro 2021 – R\$ 427).

Contingências classificadas com risco de perda possível

Casos fiscais

O Banco possui demandas contra si com avaliação de perda classificada como “possível”, sendo elas (i) ação anulatória que visa extinguir o crédito tributário de IRRF constituído pela RFB em 2006 ao interpretar que operações de câmbio

Deutsche Bank Brasil
Demonstrações financeiras
Referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de Reais)

conjugadas poderiam resultar em rendimento pré-determinados e, portanto, sujeitos ao imposto de renda de fonte, R\$ 13.998 (dezembro 2021 – R\$13.454). Em 03 de Janeiro de 2007 foi realizado um depósito judicial de R\$ 9.566, que atualizado perfaz R\$ 18.154 (dezembro 2021 – R\$ 17.055) (ii) autuação da RFB em relação ao IRPJ e CSLL não incidentes na permuta dos títulos patrimoniais da Cetip em ações da nova companhia, R\$ 166 (dezembro 2021 – R\$156). (iii) autuação da RFB em relação ao PIS e COFINS, na qual se questiona a dedutibilidade de perdas auferidas na venda de precatórios em 2009 da base de cálculo das referidas contribuições, R\$ 5.938 (dezembro 2021 – R\$5.597), (iv) autuação da RFB, também em relação ao PIS e COFINS, no processo de desmutualização das bolsas ocorrida em 2007, alegando-se que referido ganho na venda dos títulos patrimoniais estaria sujeito à incidência das referidas contribuições, a despeito de se tratar de venda de ativo permanente não sujeita à esta tributação, R\$ 17.958 (dezembro 2021 – R\$17.083). Ainda com relação ao processo de desmutualização das bolsas, esta instituição realizou em 12 de junho de 2017 um depósito no valor de R\$ 15.367, que atualizado perfaz R\$ 20.715 (dezembro 2021 – R\$18.951), para seguimento das discussões na esfera judicial.

Possui também dois autos de infração da Secretaria da Receita Federal do Brasil relativos ao PIS e COFINS incidentes sobre o processo de desmutualização das bolsas ocorrido em 2007, com impacto, da mesma forma, nos anos subsequentes de 2008 e 2009. Os autos, originalmente oriundos da incorporação do Deutsche Bank - Corretora de Valores SA em dezembro de 2016, foram devidamente impugnados. A causa de R\$ 15.551 aguarda julgamento por parte do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais. Já a causa de R\$ 18.695 aguarda julgamento na esfera judicial. Esta instituição realizou em 11 de dezembro de 2018 um depósito no valor de R\$ 16.697 que atualizado perfaz R\$ 20.800 (dezembro 2021 – R\$18.883), para seguimento das discussões na esfera judicial.

O Banco recebeu, em outubro de 2020, auto de infração da Receita Federal no valor de R\$ 18.625, que atualizado perfaz R\$ 21.128, referente à majoração da alíquota da CSLL de 2015 de 15% para 20% e seu cálculo proporcional sobre a receita bruta auferida naquele ano. Referido auto de infração foi devidamente contestado, pelo qual aguarda julgamento na esfera administrativa.

Foi lavrado em outubro de 2021, auto de infração da Receita Federal que cobra multa de 3% sobre determinada informação supostamente preenchida incorretamente na ECF do ano fiscal de 2016 no valor atualizado de R\$ 1.650. O auto de infração foi tempestivamente impugnado.

Em setembro de 2021, foi lavrado novo auto de infração que cobra o Imposto sobre Serviços - ISSQN sobre receitas de exportação de serviços nos anos de 2016 e 2017, o qual, de acordo com artigo 2º da Lei 13.701/03, não deveriam estar sujeitas à referida incidência. O valor total atualizado é de R\$ 11.981 (dezembro 2021 – R\$ 11.498).

Conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, não foi constituída provisão para esses casos em face da avaliação de probabilidade de perda “possível” dada pelos consultores jurídicos externos do Banco.

Casos previdenciários

O Banco recebeu, em dezembro de 2010, autos de infração da Receita Federal no valor de R\$ 35.509, relacionados a supostas contribuições previdenciárias devidas em relação a seu programa de Participação em Lucros e Resultados (período de janeiro de 2005 a dezembro de 2007). Após o término dos processos administrativos decorrentes de impugnações apresentadas pelo Banco, o Banco iniciou a fase judicial de discussão dessa cobrança, através de distribuição de ação anulatória em dezembro de 2019, com vistas à desconstituição do crédito tributário. Em junho de 2020 o Banco efetuou depósito judicial no valor de R\$ 34.193, que atualizado perfaz R\$ 39.986.

Em fevereiro de 2012, foi distribuído procedimento administrativo relacionado ao programa de Participação de Lucros e Resultados referente ao período de fevereiro de 2007 a fevereiro de 2008. A Impugnação do Banco foi julgada procedente – aguarda-se julgamento do recurso de ofício que foi apresentado pela Secretaria da Receita Federal (fase administrativa). O valor da causa atualizado e revisado com base nos relatórios de circularização é de R\$ 6.019 (dezembro 2021 – R\$ 6.479).

Casos cíveis

O Banco consta, junto com outras quatro instituições, do polo passivo de ação de indenização distribuída por um Fundo de Investimento em outubro de 2015 em face de seus gestores, administradores e custodiantes. O valor da causa atualizado é de R\$ 29.471.

Deutsche Bank Brasil
Demonstrações financeiras
Referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de Reais)

O Banco consta do polo passivo de uma ação cível indenizatória movida por suposto descumprimento de deveres decorrentes de contrato de distribuição de quotas de um Fundo de Investimentos. Processo iniciado em outubro de 2014. Após decisão de segundo grau, o Banco realizou pagamento no valor de R\$ 2.794. Aguarda-se desenvolvimento do processo já em fase de recursos aos tribunais superiores, mas não são esperadas novas condenações ao Banco.

O Banco consta do polo passivo de ação cível indenizatória referente à atuação do gestor de um fundo de investimento para o qual o Banco prestou serviços de custódia e o valor máximo estimado para este caso é de R\$ 450.613.

Casos trabalhistas

Não há casos trabalhistas classificados com probabilidade de perda “possível”.

15. Transações com partes relacionadas

a. Transações com empresas ligadas

O Banco mantém negócios em condições usuais de mercado com as coligadas no exterior. Os saldos patrimoniais e os resultados gerados destas transações são apresentados como segue:

	<u>Exercício/2022</u>		<u>Exercício/2021</u>	
	<u>Ativo / (Passivo)</u>	<u>Receita / (Despesa)</u>	<u>Ativo / (Passivo)</u>	<u>Receita / (Despesa)</u>
Disponibilidades (DEME) (nota 6 (a))	163.693	-	104.476	-
DB AG (Frankfurt)	12.538	-	39.084	-
DB AG (Tokyo)	23.327	-	7.511	-
DB AG (New York)	96.248	-	56.510	-
DB AG (London)	31.563	-	1.329	-
DB AG (Hong Kong)	17	-	42	-
Aplicações em ME (i)	135.344	169	920.719	-
Deutsche Bank AG London	24.000	157	35.436	-
DB AG (Frankfurt)	111.344	12	75.823	-
DB AG (New York)	-	-	809.460	-
Serviços prestados para empresas no exterior	81.245	65.325	102.732	71.471
DB AG (London)	34.609	31.353	28.116	28.113
DB AG (New York)	17.633	5.042	18.110	4.549
DB Trust Co Americas	12.122	5.176	10.904	4.662
DWS Investment GmbH	-	-	-	31
DIMA, Inc.	-	-	-	18
DB AG (Cayman Isl.)	13.267	21.829	42.789	27.253
DeAM (Japan) Limited	-	-	-	3
DWS Internat. GmbH	-	-	-	6
DB AG Domestic Bank	1.072	555	1.301	3.472
DB AG Hong Kong Br	1.828	693	1.187	1.399
Sal. Oppenheim jr. & Cie. AG & Co. Kommanditgesellschaft auf Aktien	-	-	-	6
Deutsche Bank (Malaysia) Berhad	151	-	172	180
Deutsche Bank, Sociedad Anónima Española	9	-	10	10
DB Jacksonville	-	-	41	1.616
DB AG Paris Branch	152	106	-	42
Deutsche Bank (Suisse) SA	-	-	-	1
OOO "Deutsche Bank"	-	-	-	3
DB AG Mumbai Branch	90	-	102	107
DB AG Amsterdam Br.	9	11	-	-
DB AG Portugal	266	245	-	-
Deutsche Bank Società per Azioni	24	22	-	-
Deutsche Securities Inc.	-	1	-	-
DB AG Singapore Br.	13	292	-	-

Deutsche Bank Brasil
Demonstrações financeiras
Referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de Reais)

	<u>Exercício/2022</u>		<u>Exercício/2021</u>	
	<u>Ativo / (Passivo)</u>	<u>Receita / (Despesa)</u>	<u>Ativo / (Passivo)</u>	<u>Receita / (Despesa)</u>
Carteira de Câmbio - Operações de arbitragem	46.481	(13.052)	(41.530)	(74.291)
DB AG (London)	5.011	-	-	-
DB AG (Frankfurt)	(51.492)	(13.052)	(41.530)	(74.291)
Depósito a prazo (nota 9 (a))	(459.897)	(33.172)	(380.807)	(306)
Global Markets FIM Crédito Privado de Inv no Exterior	-	-	-	-
DB II Fundo de Investimento Multimercado no Exterior	(454.868)	(4.662)	(62.662)	(306)
DB III Fundo De Investimento Multimercado Investimento no Exterior	(5.029)	(28.510)	(318.145)	-
Depósito à vista	(27.317)	-	(8.611)	-
Dt. Bank Secur. Inc.	(46)	-	(3.241)	-
DB AG (London)	(26.854)	-	(5.319)	-
Deutsche Morgam Grenffel Co. LTD	(51)	-	(51)	-
DB AG London Global Markets(Latam Struct Credit)	(366)	-	-	-
Obrigações por empréstimos e repasses	(3.856.590)	(17.842)	(1.942.740)	(15.619)
DB AG (Frankfurt)	(25.229)	(65)	(19.265)	-
DB AG (New York)	(3.831.361)	(17.777)	(1.923.475)	(15.619)
DB AG (London)	-	-	-	-
Despesas a pagar para empresas no exterior	(82.998)	(62.753)	(35.449)	(35.376)
DB AG (Frankfurt)	(23.176)	(18.246)	(5.846)	(3.268)
DB AD (London)	(9.160)	(6.898)	(5.447)	(6.779)
DB Jacksonville	(30.492)	(26.764)	(9.248)	(13.763)
DB Zurich	(18)	(17)	-	-
DB AG Hong Kong Br	(177)	-	(111)	(185)
DB AG New York	(8.067)	(3.350)	(5.871)	(4.845)
DB Trust Company Amerias NY	(5.230)	(4.596)	(3.439)	(2.558)
DB AG Singapore Br	(4.665)	(1.277)	(4.183)	(2.644)
OOO "Deutsche Bank"	(16)	(8)	(8)	-
DB Service Centre Limited	(58)	(28)	(33)	(18)
Deutsche Bank (Suisse) SA	(26)	(9)	(19)	-
Deutsche AM Distributors, Inc.	-	-	-	-
DIM Americas Inc	-	-	-	-
RREEF America L.L.C.	-	-	-	-
Deutsche Asset Management Investment GmbH	-	-	-	-
Deutsche Asset Management (UK) Limited	-	-	-	-
Deutsche Asset Management International GmbH	-	-	-	-
DB AG Milan	-	-	-	(2)
Deutsche Bank Società per Azioni	(141)	-	(160)	(168)
DB AG Amsterdam Br.	(1.411)	(497)	(1.016)	(1.063)
DB AG Paris Branch	(26)	(11)	(17)	(18)
DB AG Brussels Br	(22)	(15)	(7)	(14)
Deutsche Group Services Pty Limited	-	-	(44)	(44)
Deutsche Asset Management S.G.I.I.C., S.A.	-	-	-	(6)
DB AG Mumbai Branch	(3)	(3)	-	(1)
DB AG Zurich	(18)	(17)	-	-
DB Re S.A.	(8)	(7)	-	-
Deutsche Bank, Sociedad Anónima Española	(152)	(149)	-	-
Deutsche Group Services Pty Limited	(91)	(51)	-	-
DB AG Cayman Isld Br	-	(769)	-	-
DKS (Manila)	(3)	(3)	-	-
DEUKONA Versicherungs-Vermittlungs-GmbH	(33)	(33)	-	-
Deutsche Securities Inc.	(24)	(22)	-	-

(i) Operações realizadas com as empresas coligadas e controladas.

(ii) Representa o valor a receber ou a pagar do contrato de prestação de serviços firmado com as coligadas do grupo no exterior, em virtude do registro de operações fechadas globalmente, com registro nas respectivas localidades.

Deutsche Bank Brasil
Demonstrações financeiras
Referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de Reais)

b. Remuneração do Pessoal-Chave da Administração

b - 1 - Definição de pessoal-chave da Administração: Tendo em vista a participação e as decisões tomadas, consideramos pessoal-chave os integrantes da Administração do Banco.

b - 2 - Política: O Banco possui uma política global de remuneração de funcionários, composta por parcelas fixa e variável. Essa política está baseada em alguns fatores, destacando-se entre eles, o resultado global do grupo e a performance individual de cada funcionário.

b - 3 - Benefícios de curto prazo:

	<u>Dez/2022</u>	<u>Dez/2021</u>
Remuneração fixa	15.147	12.821
Remuneração variável (curto prazo)	2.273	1.086
Encargos trabalhistas	6.227	4.670

b - 4 - Benefícios de longo prazo:

	<u>Dez/2022</u>	<u>Dez/2021</u>
Remuneração variável (longo prazo)	4.070	4.355
Encargos trabalhistas	1.455	1.554

b - 5 - Outras informações conforme legislação em vigor, as instituições não podem conceder empréstimos para os membros da Administração e seus respectivos familiares, bem como às pessoas físicas e jurídicas a elas ligadas. Adicionalmente, informamos que não existem quaisquer outras transações entre o pessoal-chave e a entidade e também que o pessoal chave da administração possui participação no fundo de pensão MULTIPREV (fundo multipatrocinado).

16. Lucro por ação

O Banco apresenta dados de lucro por ação básico para suas ações ordinárias. O lucro por ação básico é calculado dividindo-se o lucro ou prejuízo atribuível aos portadores de ações ordinárias do Banco pela média ponderada do número de ações ordinárias em circulação durante o período. O lucro por ação diluído é determinado ajustando-se o lucro ou prejuízo atribuível aos portadores de ações ordinárias.

17. Patrimônio líquido

a. Capital social

O capital social totalmente subscrito e integralizado divide-se em 1.119.390.296 (dezembro 2021 – 1.119.390.296) ações ordinárias nominativas sem valor nominal.

Em 22 de dezembro de 2021, por meio da Assembleia Geral Extraordinária, foi definido o aumento de capital social do Banco que passou de R\$ 996.551 para R\$ 1.644.551, o que equivale a um aumento de capital em R\$ 648.000, por meio de ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, pelo valor de emissão de R\$ 2,038. Esse aumento de capital foi aprovado pelo BACEN em 30 de dezembro de 2021.

b. Reservas e retenção de lucros e ajustes de avaliação patrimonial

Nos termos do artigo 189, da Lei nº 6.404/76, do resultado do exercício serão deduzidos, antes de qualquer participação, os prejuízos acumulados e a provisão para o imposto sobre a renda. Ainda, nos termos do artigo 193 da referida lei, do lucro líquido do período, 5% (cinco por cento) serão aplicados, antes de qualquer outra destinação, na constituição da reserva legal, que não excederá de 20% (vinte por cento) do capital social. Conforme mencionado no parágrafo segundo do referido artigo, a reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital.

Deutsche Bank Brasil
Demonstrações financeiras
Referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de Reais)

Em 31 de dezembro de 2021, o saldo da rubrica “Reservas” totaliza R\$ 811.510 (2021 – R\$ 681.328), sendo constituído por: “Reserva legal” no montante de R\$ 113.163 (2021 – R\$ 100.355), “Reserva para expansão” no montante de R\$ 697.575 (2021 – R\$ 594.333), e ajuste de avaliação patrimonial relativo aos ganhos e perdas não realizadas, deduzidos dos efeitos tributários, do ajuste a valor de mercado dos títulos classificados em disponível para venda no montante de R\$ (2.025) (2021 – R\$ (7.627)), bem como do ajuste atuarial sobre benefícios pós emprego no montante de R\$ 2.797 (2021 – R\$ (5.733)).

c. Juros sobre capital próprio e dividendos

O estatuto social prevê a distribuição de um dividendo mínimo anual de 25% sobre o lucro líquido ajustado na forma da legislação pertinente, salvo se a Assembleia Geral estabelecer por unanimidade um dividendo menor ou a retenção do lucro total.

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada no dia 8 de dezembro de 2022, foi aprovada a distribuição de juros sobre o capital próprio aos acionistas no montante de R\$ 80.000 (dezembro 2021 - R\$ 50.000). O imposto de renda retido na fonte à alíquota de 15% foi de R\$ 12.000 (dezembro 2021 - R\$ 7.500). O pagamento dos juros sobre o capital próprio foi efetuado na data de 22 de dezembro de 2022.

d. Limites de patrimônio - implementação da Basileia III

Através de um pacote de medidas, publicadas desde 2006, o CMN e o BACEN regulamentaram o cálculo de requerimento mínimo de capital baseados no acordo de Basileia. A seguir é apresentado o resumo dos efeitos dos requerimentos desses acordos.

A seguir são apresentados os valores apurados de acordo com as bases do padrão contábil local:

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Risco operacional	59.615	46.275
Risco de crédito	506.223	439.871
Risco de moeda/cambial	1.138	685
Risco de juros	106.596	107.307
Risco de commodities	-	2
Total Patrimônio Líquido exigido – PLE	<u>673.572</u>	<u>594.140</u>
Patrimônio referência	2.468.861	2.198.173
Margem para limite Basileia	<u>1.795.289</u>	<u>1.604.033</u>
Percentual de utilização	<u>27,28%</u>	<u>27,03%</u>
Índice Basileia	<u>29,32%</u>	<u>29,60%</u>
RBAN	115.538	31.436
Razão de alavancagem *	<u>16,02%</u>	<u>17,96%</u>

* Por meio de instrução definida na Resolução CMN 4.557/2017, o Conselho Monetário Nacional e o Banco Central do Brasil, implementaram metodologia de cálculo para a carteira bancária, denominada IRRBB, com aplicabilidade à partir de Janeiro/2020.

18. Imposto de renda e contribuição social

A composição da rubrica despesas de imposto de renda corrente, imposto de renda diferido, contribuição social corrente e contribuição social diferido é a seguinte:

Deutsche Bank Brasil
Demonstrações financeiras
Referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de Reais)

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Imposto de renda corrente	(27.985)	(15.538)
Contribuição social corrente	(22.349)	(13.434)
Imposto de renda diferido	(50.783)	(24.393)
Contribuição social diferida	<u>(39.690)</u>	<u>(19.070)</u>
Total	<u>(140.807)</u>	<u>(72.435)</u>

	<u>Imposto de renda</u>		<u>Contribuição social</u>	
	<u>Dez/2022</u>	<u>Dez/2021</u>	<u>Dez/2022</u>	<u>Dez/2021</u>
Resultado antes dos tributos e participações	448.228	201.904	448.228	201.904
Participações estatutárias no lucro	(5.268)	(4.245)	(5.268)	(4.245)
JCP	(80.000)	(50.000)	(80.000)	(50.000)
Efeitos marcação a mercado	(91.360)	(46.936)	(91.360)	(46.936)
Adições (exclusões) permanentes líquidas	12.532	9.138	12.532	9.138
Adições (exclusões) temporárias líquidas	<u>(120.681)</u>	<u>(17.683)</u>	<u>(128.621)</u>	<u>(25.065)</u>
Base de cálculo	163.451	92.178	155.511	84.795
Compensação com prejuízo fiscal e base negativa	(49.035)	(27.653)	(46.653)	(25.439)
Base de cálculo após compensações	<u>114.416</u>	<u>64.525</u>	<u>108.858</u>	<u>59.357</u>
Impostos correntes	(27.985)	(15.538)	(22.349)	(13.434)
Valores diferidos	(76.345)	(39.165)	(60.140)	(30.889)
Ajustes de anos anteriores	<u>-</u>	<u>16.912</u>	<u>-</u>	<u>13.530</u>
Resultado de Imposto de renda e Contribuição social no período	<u>(104.330)</u>	<u>(37.791)</u>	<u>(82.489)</u>	<u>(30.793)</u>

Os totais do Banco apresentados acima, podem ser resumidos conforme segue:

Ajustes para IFRS	<u>Imposto de Renda</u>		<u>Contribuição Social</u>	
	<u>2022</u>	<u>2021</u>	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Impostos diferidos	25.562	(2.139)	20.450	(1.711)
Total	<u>25.562</u>	<u>(2.139)</u>	<u>20.450</u>	<u>(1.711)</u>
Valores ajustados para IFRS	<u>Imposto de Renda</u>		<u>Contribuição Social</u>	
	<u>2022</u>	<u>2021</u>	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Impostos correntes	(27.985)	(15.538)	(22.349)	(13.434)
Impostos diferidos	(50.783)	(24.392)	(39.690)	(19.070)
Total	<u>(78.768)</u>	<u>(39.930)</u>	<u>(62.039)</u>	<u>(32.504)</u>

19. Benefícios a empregados

- a. De acordo com o CPC 33 homologado pela Resolução CMN nº 4.424/15, revogada pela Resolução CMN nº 4.877/20 a partir de 01/01/2021, a partir de 1º de janeiro de 2016 o Banco passou a constituir provisões sobre benefícios pós-emprego, caracterizados como benefícios de término de vínculo empregatício, os quais são reconhecidos como uma despesa quando o Banco não pode mais retirar a oferta desses benefícios e quando reconhece os custos de uma reestruturação. Caso os pagamentos sejam liquidados após 12 meses da data do balanço, os mesmos são descontados aos seus valores presentes, sendo esses:

- Seguro saúde: Trata-se da provisão do direito dos funcionários, após a aposentadoria, de serem mantidos como beneficiários do plano de saúde do Banco, nas mesmas condições de cobertura assistencial de que gozavam

Deutsche Bank Brasil
Demonstrações financeiras
Referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de Reais)

quando da vigência dos seus contratos de trabalho (Lei 9.656/98 artigos 30 e 31). A provisão constituída sobre essa modalidade foi R\$ 49.176 (dezembro 2021 – R\$ 50.556).

- Fundo garantidor por tempo de serviços (FGTS): Trata-se da provisão da multa de 50% do FGTS, sendo 40% assegurada somente aos funcionários demitidos sem justa causa e não aos que tenham o gozo do benefício de aposentadoria. Não há previsão nas políticas internas do DBSA de que funcionários aposentados serão compulsoriamente desligados do quadro funcional da empresa. Dessa maneira, o mesmo deixou de ser considerado nos cálculos atuariais de benefícios pós-emprego e passou a integrar as despesas correntes do Banco, caso houvesse desligamentos no ano de 2020 e a provisão constituída sobre essa modalidade no montante de R\$ 8.277 foi revertida em 2019. Em 2020 o Instituto Brasileiro de Atuários se pronunciou oficialmente recomendando que a multa de FGTS deve ser considerada como parte do benefício pós emprego devendo compor a base de cálculo atuarial. No exercício findo em 31 de dezembro de 2022 a provisão constituída nessa modalidade foi de R\$ 9.394 (dezembro 2021 – R\$ 10.284).
- O Banco, em conjunto com seus colaboradores, patrocina o fundo de pensão MULTIPREV (fundo multipatrocinado), que tem como principal objetivo a suplementação de benefícios concedidos pela Previdência Social aos participantes e beneficiários. Os planos de benefícios mantidos pela Banco são, basicamente, da modalidade de contribuição definida, sendo que também existe uma pequena parcela da modalidade de benefício definido. No exercício findo em 31 de dezembro, data da última reavaliação disponível, sendo esta anual, o plano de benefícios do Banco apresentou superavit de R\$ 736 (dezembro 2021 – R\$ 147).

20. Margem Financeira

A composição da rubrica de margem financeira é a seguinte:

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Receitas com aplicações interfinanceiras de liquidez	133.140	59.985
Receitas com instrumentos financeiros	282.746	121.243
Receitas com operações de crédito	149.266	70.425
Outras receitas	206.793	244.989
Despesas de captação	(273.702)	(119.558)
Despesas de obrigações por empréstimos e repasses	(37.121)	(20.884)
Resultado líquido de juros e rendimentos	<u>461.122</u>	<u>356.200</u>
Operações de ativo/passivo	71.202	(13.576)
Empréstimos e repasses	13.463	(100.431)
Outros ativos/passivos	-	-
Resultado de variação cambial	<u>84.665</u>	<u>(114.007)</u>
Margem financeira	<u>545.787</u>	<u>242.193</u>

21. Resultado líquido de serviços e comissões

A composição da rubrica de resultado líquido de serviços e comissões é a seguinte:

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Receitas de serviços e comissões		
Serviços – exterior	48.700	67.567
Rendas de prestação de serviços	19.799	17.811
Comissão de colocação de títulos	24.511	13.874
Serviços de custódia	8.113	10.479
Tarifas	870	1.563
Total de Receitas	<u>101.993</u>	<u>111.294</u>

Deutsche Bank Brasil
Demonstrações financeiras
Referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de Reais)

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Despesas de serviços e comissões		
Serviços do sistema financeiro	(14.969)	(18.533)
Total de despesas de serviços e comissão	<u>(14.969)</u>	<u>(18.533)</u>
Resultado líquido de serviços e comissões	<u>87.024</u>	<u>92.761</u>

22. Resultado de instrumentos financeiros

A composição da rubrica de resultado de instrumento financeiro é a seguinte:

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Lucros com títulos de renda fixa	20.892	3.044
Ajuste positivo ao valor de mercado	33.015	5.452
Prejuízos com títulos de renda fixa	(85.441)	(46.707)
Ajuste negativo ao valor de mercado	(13.630)	(28.734)
Total	<u>(45.164)</u>	<u>(66.945)</u>

23. Ganhos ou (perdas) com instrumentos financeiros derivativos

A composição da rubrica de ganhos ou (perdas) com instrumentos financeiros derivativos é a seguinte:

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Futuros	(1.048.534)	666.180
Opções	321	8.715
Arbitragem	(133.400)	(149.090)
NDF	586.520	(173.578)
Swap	575.023	(204.535)
Total	<u>(20.070)</u>	<u>147.692</u>

24. Despesas de pessoal

A composição da rubrica de despesas de pessoal é a seguinte:

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Remuneração	(91.937)	(88.578)
Encargos	(32.743)	(30.417)
Benefício	(22.367)	(20.185)
Reestruturação	(1.143)	4
Diversos Pessoal	(1.942)	(807)
Total	<u>(150.132)</u>	<u>(139.983)</u>

25. Depreciação e amortização

A composição da rubrica de depreciação e amortização é a seguinte:

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Processamento de dados	(2.668)	(2.353)
Instalações	(339)	(710)
Móveis e equipamentos	(677)	(645)
Outras imobilizações	(2)	(2)
Total	<u>(3.686)</u>	<u>(3.710)</u>

Deutsche Bank Brasil
Demonstrações financeiras
Referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de Reais)

26. Outras receitas e despesas

A composição da rubrica outras receitas e despesas é a seguinte:

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Receita atualização monetária	22.955	6.842
Receita de juros	8.026	5.313
Outras receitas	9.327	42
Total receitas	<u>40.308</u>	<u>12.197</u>
Despesas com processos judiciais	(7.188)	34.735
Despesas com baixa imobilizado	-	(250)
Outras despesas	(4.259)	(2.824)
Total despesas	<u>(11.447)</u>	<u>31.661</u>
Total	<u>28.861</u>	<u>43.858</u>

27. Despesas tributárias

A composição da rubrica outras despesas tributárias é a seguinte:

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
COFINS	(21.492)	(15.078)
Impostos e taxas diversas	(11.055)	(10.594)
PIS	(3.492)	(2.450)
Reversões/anistia	(5)	(60)
Total	<u>(36.044)</u>	<u>(28.182)</u>

28. Outras despesas administrativas

A composição da rubrica outras despesas administrativas é a seguinte:

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Serviços Intercompany	(57.808)	(28.390)
Comunicações	(20.770)	(18.568)
Serviços técnicos especializados	(18.370)	(16.830)
Manutenção e conservação de bens	(7.670)	(7.021)
Aluguéis	(6.092)	(5.425)
Serviços de terceiros	(5.454)	(6.264)
Viagens e refeições	(1.145)	(151)
Material	(591)	(333)
Propaganda, promoções e publicidade	(498)	(449)
Despesas de transporte	(423)	(309)
Seguros	(107)	(286)
Outras	(3.480)	(2.486)
Total	<u>(122.408)</u>	<u>(86.512)</u>

29. Gerenciamento de riscos financeiros

Visando o cumprimento das diretrizes estabelecidas pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) e pelo Banco Central do Brasil (BACEN) quanto à adequação aos princípios de Basileia III (Pilar 3), o qual tem por objetivo fornecer informações sobre prática no gerenciamento de riscos e os índices de capital regulatório requerido, o Deutsche Bank Brasil, doravante denominados nesta nota como Banco, apresenta estruturas tecnológicas, administrativas e de pessoal, considerando o cronograma delineado pelos reguladores, para obtenção de dados qualitativos e quantitativos utilizados nos cálculos e análises dos Riscos de Crédito, Mercado, Risco de taxa de juros na Carteira Bancária (IRRBB - Interest rate risk in the banking book), Liquidez, Operacional, Reputacional e Risco social, ambiental e climático.

Deutsche Bank Brasil
Demonstrações financeiras
Referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de Reais)

Mensalmente são realizadas reuniões de comitês específicos para acompanhamento e avaliação dos riscos, com o objetivo de identificar a eficácia dos controles mitigadores de riscos, bem como a aderência dos procedimentos às normas instituídas, internas e externas. Esses processos buscam adequar as melhores políticas de alocação dos recursos em ativo e passivo administrados pelo Banco, concomitantemente com os melhores princípios de gerenciamento de riscos e controles internos, inclusive quantificando a alocação de capital que assegure a manutenção e expansão das áreas de Negócios do Banco. Tais procedimentos, em conjunto com processos continuados de aprimoramento dos controles internos, têm como objetivo subsidiar a Alta Administração, Órgãos Supervisores, auditorias e clientes do Banco, com informações que delineiam o gerenciamento de riscos e controles internos, baseada em políticas, normas e instrumentos implementados pela Administração, bem como nos preceitos normativos vigentes determinados pelas Autoridades Monetárias.

A descrição da estrutura de gerenciamento de riscos está disponível no site do Banco.

Em atendimento à Resolução CMN nº 4.557/2017 o Banco segue uma abordagem integrada de gestão de risco que garante consistência no padrão de gestão de risco, permitindo a adaptação a requisitos específicos de cada tipo de risco.

a. Risco Operacional

A estrutura de gerenciamento de risco operacional adotada pelo Banco prevê os procedimentos para identificação, avaliação, mitigação, monitoramento e controle de risco operacional. O Banco possui uma base histórica de eventos operacionais, bem como manuais de procedimentos, processos de auto avaliação de riscos e testes de estresse, que proporcionam o controle dos eventos e a adequada alocação de capital.

b. Risco de mercado e Risco de taxa de juros na Carteira Bancária

A política, as responsabilidades, os procedimentos, as metodologias e a estrutura de Riscos de Mercado e IRRBB seguem as diretrizes instituídas para controle de riscos globais do Banco, assim como a regulamentação em vigor.

Gerenciamento de Risco de Mercado

O Risco de Mercado é o risco de perdas em decorrência de movimentos adversos nos preços dos fatores de risco subjacentes às posições detidas pelo Banco.

A área de Gerenciamento de Risco de Mercado atua de forma independente das áreas de Negócios no monitoramento contínuo dos níveis de risco de mercado, através de relatórios que são gerados com diversas métricas de gerenciamento, como as sensibilidades, os valores nocionais das operações e testes de estresse da carteira.

As principais ferramentas utilizadas pelo Banco para quantificar e gerir o risco de mercado e taxas de juros na carteira bancária são:

- *Value-at-Risk* (VaR): é uma métrica que resume a exposição de um ativo e/ou carteira ao risco de mercado durante condições normais de mercado. O VaR é expresso como um valor absoluto de perda que não é esperado que seja ultrapassado por um determinado nível de confiança em um horizonte específico de tempo. O VaR é geralmente expresso como um valor monetário, que possibilita comparações diretas de possíveis classes de ativos. E 1 (um) dia de *holding period* (*Stress Testing*): medida que representa o impacto no resultado da carteira para determinado cenário de crise. O cenário é revisto periodicamente pela área de *MRM*.

Deutsche Bank Brasil
Demonstrações financeiras
Referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de Reais)

Análise de sensibilidade

Para fins de apuração dos testes de sensibilidade, as carteiras são segregadas entre negociação (Trading Book) e bancária (Banking Book). A carteira Bancária pode ser tanto marcada a mercado como accrual, para a carteiras marcadas a mercado reportamos a sensibilidade diariamente.

	2022		2021	
	Negociação	Não Negociação	Negociação	Não Negociação
ATIVO				
Caixa e equivalentes de caixa	2.667.922	-	1.650.272	-
ATIVOS FINANCEIROS				
Mensurados ao custo amortizado	-	3.426.940	-	2.778.145
Instrumento de dívida	-	902.984	-	547.968
Créditos a clientes e recebíveis		2.523.956		2.230.177
Mensurados ao valor justo no resultado	5.981.348	-	3.450.675	-
Instrumentos de dívida	3.603.657	-	3.052.464	-
Instrumentos financeiros derivativos	2.377.691	-	398.211	-
Mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	126.886	-	1.526.270	-
Instrumento de dívida	126.886	-	1.526.270	-
TOTAL DO ATIVO	8.776.156	3.426.940	6.627.217	2.778.145
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO				
PASSIVOS FINANCEIROS				
Mensurado ao custo amortizado	-	6.741.219	-	5.689.178
Depósitos de clientes	-	2.845.170	-	3.480.144
Depósitos e empréstimos de instituições financeiras	-	430.809	-	266.294
Empréstimos e financiamentos		3.465.240	-	1.942.740
Mensurados ao valor justo no resultado	7.780.076	-	1.189.344	-
Instrumentos financeiros derivativos	7.780.076	-	1.189.344	-
Outros passivos - Câmbio	-	-	-	-
TOTAL DO PASSIVO	7.780.076	6.741.219	1.189.344	5.689.178

Risco de Taxa de juros

O monitoramento, controle e gerenciamento do risco de taxa de juros da carteira bancária do DB Brasil é realizado pela área de MRM, com base em metodologias que são consistentes com as características da carteira bancária e que consideram a maturidade, a liquidez e a sensibilidade ao risco dos instrumentos classificados nessa carteira.

Os principais controles do risco de taxa de juros da carteira bancária são:

- IRRBB – EVE: Monitorar o risco do valor econômico (marcação a mercado) dos fluxos de caixa da carteira bancária do DB Brasil em diferentes cenários de taxas de juros, fluxos de caixas (pré-pagamento de operações pré-fixadas) e moedas;
- IRRBB – NII: Monitorar o impacto de alterações na taxa de juros sobre o resultado de intermediação financeira oriundo da carteira bancária do DB Brasil no horizonte de um (1) ano;
- RBAN: O DB Brasil utiliza para cálculo do capital requerido para a RBAN a mesma metodologia do VaR e SVaR

Deutsche Bank Brasil
Demonstrações financeiras
Referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de Reais)

(*Stressed Value at Risk* ou Valor em Risco Estressado) da carteira de negociação para taxa pré-fixada utilizando a média de cálculo o prazo de cento e oitenta (180) dias e com o *time decay* (decadência de prazo) de sessenta (60) dias. Para cupom cambial e índices de inflação, é utilizada a metodologia *maturity ladder* (escala de prazos de vencimentos), a mesma utilizada na RWA_JUR 2 e 3 da carteira de negociação;

- PV01 da Carteira Bancária: Relatório diário com as sensibilidades do preço da carteira bancária no que diz respeito às mudanças na taxa de juros subjacente.
- Perdas e Ganho embutidos: Monitoramento da assimetria contábil definido como diferença das posições marcadas a mercado e valor accrual na contabilidade dentro da carteira bancária.

Date	Total VaR*
30-Dez-21	1,630,055
30-Jun-21	2,042,296
30-Jun-22	4,258,787
30-Dez-22	4,961,581

- Em reais.

Análise de Sensibilidade - taxa de juros

Moeda	2022					
	BRL	Inflação	USD	JPY	EUR	SEK
Bonds/Cash	(145.803)	(102)	-	-	-	-
Forwards	(8.614)	-	55.562	1.161	(49.893)	(37)
Futuros	437.212	-	(594.519)	-	-	-
Opções	-	-	-	-	-	-
Swaps	(270.813)	-	463.818	-	57.839	-
Totais	11.982	(102)	(75.139)	1.161	7.946	(37)

Moeda	2021					
	BRL	Inflação	USD	JPY	EUR	SEK
Bonds/Cash	(381.196)	(6.963)	-	-	-	-
Forwards	(72.385)	-	91.009	42	(18.054)	-
Futuros	816.619	-	(849.292)	-	-	-
Opções	-	-	-	-	-	-
Swaps	(375.804)	-	795.458	-	23.126	-
Totais	(12.767)	(6.963)	37.175	42	5.072	-

c. Risco de crédito

O Banco possui políticas e estratégias visando minimizar o risco decorrente da exposição ao risco de crédito, abrangendo todos os instrumentos financeiros que possam gerá-lo, tais como títulos privados, derivativos, garantias prestadas e eventuais riscos de liquidação das operações.

Deutsche Bank Brasil
Demonstrações financeiras
Referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de Reais)

Princípio e Estratégia de Gerenciamento de Risco de Crédito

O Banco gerencia o risco de crédito de uma forma coordenada em todos os níveis da Organização. Os seguintes princípios sustentam o princípio de gerenciamento de risco de crédito:

- Todas as divisões de crédito devem obedecer aos mesmos padrões nos seus respectivos processos de decisão de crédito;
- A aprovação de limite de crédito para clientes e o gerenciamento de exposição ao risco de crédito devem estar de acordo com as políticas e estratégias do Banco;
- O Banco mensura e consolida todas as exposições e cada grupo econômico de forma global.

Estrutura de Gerenciamento de Risco de Crédito

A Estrutura de Gerenciamento de Risco de Crédito do Banco está definida na Política de Gerenciamento do Risco de Crédito – Deutsche Bank Brasil – em cumprimento à Resolução CMN nº 4.557/2017, aprovada pelo Comitê da Diretoria Executiva. A respectiva Estrutura de Gerenciamento de Risco de Crédito está divulgada na intranet e na webpage local do Banco. A mesma se encontra publicada em conjunto com as demonstrações contábeis que contém um resumo da descrição da estrutura de gerenciamento do risco de crédito na webpage do Banco.

As atividades ligadas ao gerenciamento de risco de crédito são realizadas pela área de CRM (Credit Risk Management - Gerenciamento de Risco de Crédito), sendo essa área segregada das demais áreas de Negócios do Banco, bem como da área de Auditoria Interna. A área de CRM do Banco é responsável por:

- Gerenciar o risco de crédito do Banco;
- Tomar decisões de crédito relacionadas a transações para clientes brasileiros. As subsidiárias de empresas multinacionais (Multi-National Company – MNC) são cobertas pela equipe de subsidiárias de MNC dentro da divisão global de CRM;
- Submeter nomes para inclusão na lista de observação (Watchlist) e participação nas reuniões de atualização da Watchlist para manter a gerência sênior atualizada sobre os créditos de risco crescente;
- Preparar relatórios de crédito para revisão periódica.
- Possibilitar que todos os sistemas e modelos utilizados no gerenciamento do risco de crédito sejam compreendidos adequadamente pelos integrantes da área de CRM.

O Banco mantém uma quantidade suficiente de profissionais tecnicamente qualificados em suas áreas de concessão de crédito e monitoramento da carteira de crédito e não adota qualquer tipo de estrutura remuneratória que incentive comportamentos incompatíveis com um nível de risco considerado prudente nas políticas e estratégias de longo prazo adotadas pelo Banco.

Limites de Crédito

Os limites de crédito estabelecem o valor máximo de risco de crédito que o Banco está disposto a assumir junto a uma contraparte/Grupo econômico, por rating, prazo, produto, garantias e retornos.

Os limites de crédito são estabelecidos pela área de CRM através da execução das autoridades de crédito atribuídas.

A autoridade de crédito reflete o mandato de aprovar novos limites de crédito, bem como aumentar, renovar ou alterar limites vigentes. A autoridade de crédito é individual e atribuída de acordo com o nível de qualificação e experiência do profissional. São necessários 2 aprovadores para cada decisão de crédito, tendo pelo menos um deles a alçada mínima correspondente.

Os limites operacionais referentes a alçadas de aprovação do risco de crédito são revisados e submetidos para aprovação

Deutsche Bank Brasil
Demonstrações financeiras
Referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de Reais)

do Comitê da Diretoria Executiva com periodicidade mínima anual.

Classificação do Risco de Crédito e Provisionamento

Uma das ferramentas utilizadas na avaliação do risco e estabelecimento de limite de crédito é o rating interno atribuído às contrapartes. O Grupo DB conta com área global especializada em atribuição de rating, responsável pelo desenvolvimento, validação e a manutenção dos modelos adotados (GCAF: Global Credit Analytics Function).

Os sistemas de classificação e gerenciamento de risco do Banco são periodicamente revisados, tanto pelo BACEN quanto pela área de Auditoria Interna.

O sistema de rating do Grupo DB, possui vinte e uma (21) escalas que vão de iAAA a iD, sendo que o primeiro rating reflete a melhor qualidade de crédito e o último, a pior – consequentemente, a cada nível de rating corresponde um percentual de provisionamento.

Sobre a carteira de operações de crédito e de outros créditos com característica de concessão de crédito, são aplicados critérios de provisionamento.

Para fins de constituição de provisão, a qual visa refletir o nível de risco adequado em cada operação, são considerados todos os aspectos determinantes de risco de crédito, entre os quais destacamos a avaliação e classificação do cliente ou grupo econômico, a classificação da operação, a eventual existência de valores em atraso e as garantias existentes.

Os aspectos acima mencionados são considerados na definição dos ratings internos dos clientes os quais são mapeados para a tabela de ratings do BACEN, conforme estabelecidos na Resolução CMN nº 2.682/1999. Para fins de provisionamento, leva-se em consideração a comparação do provisionamento apurado pela metodologia estabelecida segundo essa resolução e a perda esperada (expected loss) apurada de acordo com a Resolução CMN nº 4557/2017. O provisionamento final deve ser o maior.

Risco de Contraparte

O risco de crédito de contraparte, ao qual o Banco está exposto, é representado pela possibilidade de perda em razão do não cumprimento, por determinada contraparte, das obrigações relativas à liquidação de operações que envolvam a negociação de ativos financeiros, incluindo a liquidação de instrumentos financeiros derivativos ou pela deterioração da qualidade creditícia da contraparte.

O Banco mantém controle sobre a posição líquida (diferença entre contratos de compra e venda) e potencial exposição futura das operações onde existe o risco de contraparte. Toda exposição ao risco de contraparte faz parte dos limites gerais de crédito concedidos aos clientes do Banco.

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Ativo - Exposição	944.544	409.221
Passivo - Garantidor	(229.928)	(296.723)
Exposição residual	<u>714.616</u>	<u>112.498</u>

Mitigadores do Risco de Crédito

Várias técnicas de mitigação de crédito são proativamente empregadas a fim de reduzir o risco de crédito do portfólio. Os mitigantes de risco são de forma geral divididos em três categorias:

Deutsche Bank Brasil
Demonstrações financeiras
Referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de Reais)

- Transferência de risco a uma terceira parte;
- Garantias ou colaterais;
- Netting ou compensação.

A transferência de risco a terceiros é uma parte relevante do processo de gerenciamento de risco e é executado de várias formas, sejam venda do risco, hedge simples ou de um portfólio ou através de seguro de crédito.

As garantias são sujeitas a frequentes avaliações e revisões, dependendo de suas características específicas e ambiente jurídico.

Embora essas técnicas possam garantir ou possam ser uma fonte alternativa de repagamento, elas não substituem os elevados padrões de concessão de crédito que tem na contraparte a fonte primária de repagamento.

Monitoramento do Risco de Crédito

O monitoramento das exposições do portfólio sujeitas ao risco de crédito é feito continuamente pela área de CRM. As diretrizes de apetite ao crédito são igualmente monitoradas e revisadas de forma regular, de forma a estarem em linha com diferentes estágios de ciclo de crédito, bem como adequadas ao ambiente macroeconômico vigente e às necessidades do negócio.

Nesse contexto, o Banco mantém processos capazes de identificar e agregar, de forma contínua, as exposições sujeitas ao risco de concentração, através de relatórios periódicos que são apresentados e debatidos nas reuniões mensais do CROC (Comitê de Supervisão de Risco e Capital - Capital and Risk Oversight Committee).

A área de CRM elabora relatórios de crédito que são apresentados mensalmente ao CROC e posteriormente encaminhados para conhecimento da Diretoria Executiva (BoD – Board of Directors). Estes relatórios, em linha com as políticas internas e exigências regulatórias, visam prover visão geral sobre o desempenho do portfólio de crédito e incluem as seguintes informações:

- Exposição geral;
- Abertura por classificação de risco;
- Exposições sujeitas ao risco de concentração;
- Maiores devedores;
- Posição dos provisionamentos;
- Aprovações relevantes e recentes revisões de classificação de risco;
- Avaliação e a expectativa de desempenho das exposições ao risco de crédito, abordando sua classificação e as respectivas provisões;
- Exposições significativas caracterizadas como ativos problemáticos, incluindo características, histórico e perspectivas de recuperação;
- Informações sobre execução de mitigadores e exposições em reestruturação; e
- Demais informações que vierem a ser relevantes.

As revisões de crédito de clientes cujas operações excedem 5% do PL Ajustado do Banco, são feitas em base semestral. Para tanto, todo mês a área de CRM faz um controle dos nomes elegíveis e elabora um relatório para cumprimento à Resolução CMN nº 2.682/1999.

Ao menor sinal de deterioração da qualidade de um crédito as ações de monitoramento são intensificadas e os créditos problemáticos são incluídos em uma lista de monitoramento (Watch List) e passam a ser acompanhados trimestralmente.

Deutsche Bank Brasil
Demonstrações financeiras
Referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de Reais)

CRM também monitora as utilizações em aberto nos limites de crédito, através de relatórios de excedentes distribuídos para todos os analistas de crédito em base diária. Todos os excedentes dos limites de crédito são investigados e apenas encerrados mediante solução definitiva. Os excedentes de crédito que tenham sido deliberadamente causados pela área de negócios precisam ser imediatamente informados à Diretoria Executiva do Banco.

Sistemas de Crédito

Para garantir a visão geral, completa e abrangente do portfólio de crédito do Banco, a área de CRM opera uma plataforma totalmente integrada de gerenciamento de risco que incorpora informações de diversos sistemas das áreas de Negócios e de Infraestrutura.

Os sistemas fornecem:

- Hierarquia precisa de clientes (incluindo conjuntos de redes), conforme estipulado nos acordos legais entre o Banco e o cliente;
- Classificações de *rating* por contraparte e probabilidade de perda para cada transação/ limite para suportar o cálculo do capital econômico do Banco;
- Recursos de verificação pré-negociação para as áreas de Negócios;
- Informações precisas sobre os termos dos limites de crédito, conforme definidos nas respectivas aprovações de crédito;
- Informação sobre o volume de utilização dos limites de crédito;
- Descrição do setor de atividade, país de localização e demais dados estáticos de forma a permitir adequada gestão do portfólio e periódicas revisões setoriais.

O Banco possui políticas e estratégias visando minimizar o risco decorrente da exposição ao risco de crédito, abrangendo todos os instrumentos financeiros que possam gerá-lo, tais como títulos privados, derivativos, garantias prestadas e eventuais riscos de liquidação das operações.

d. Risco de liquidez

Risco de liquidez é a possibilidade do Banco não honrar suas obrigações em qualquer momento, seja pelo resgate antecipado de depósitos ou aumento de obrigações/garantias.

O gerenciamento de risco de liquidez estabelecido pela Resolução nº 4.557/2017 do Conselho Monetário Nacional e alinhado às diretrizes globais do Grupo Deutsche Bank é executado pela área de Treasury - Tesouraria, que é uma unidade segregada das áreas de negócios, auditoria interna e gestão de recursos de terceiros. Treasury é responsável pela identificação, mensuração, gerenciamento do risco de liquidez e sua aplicação, além disso, tem autoridade para executar as medidas necessárias para manter o risco de liquidez em nível adequado.

Os temas referentes ao risco de Liquidez são discutidos mensalmente no CROC e BoD – Board of Directors – Diretoria Executiva.

Processos:

As principais ferramentas utilizadas no Gerenciamento do Risco de Liquidez são:

- Teste de Estresse de Liquidez;
- Saída Máxima de Caixa;
- Saída Máxima de Caixa por Moedas;
- Teste de Aderência de Liquidez;
- Composição Diária de Caixa;
- Perfil das Captações

Deutsche Bank Brasil
Demonstrações financeiras
Referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de Reais)

- Reserva Mínima de Liquidez;
- Aprovação de Novos Produtos; e
- Plano de Contingencia de Liquidez.

Buscando gerenciar de forma prospectiva o Risco de Liquidez do Banco, foi estabelecido o Plano de Contingência de Liquidez que define responsabilidades e procedimentos a serem adotados em caso de crise sistêmica ou idiossincrática de liquidez. Estrutura de gerenciamento de capital

Com o objetivo de demonstrar a liquidez do Banco, a seguir é apresentado o quadro resumo, com os ativos e passivos financeiros por vencimento para a data base 31 de dezembro de 2022:

	2022					Total
	Sem Vencimento	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	Acima de 3 anos	
Ativos Financeiros						
Caixa e equivalentes de caixa	2.667.922	-	-	-	-	2.667.922
Mensurado ao custo amortizado	-	23.999	2.230.164	492.541	680.236	3.426.040
Instrumentos de dívida	-	23.999	47.650	151.099	680.236	902.984
Créditos a clientes	-	-	2.182.514	341.442	-	2.523.956
Mensurado ao valor justo no resultado	-	2.590.685	716.597	1.965.990	708.076	5.981.348
Instrumentos financeiros derivativos	-	1.601.547	161.442	166.811	447.891	2.377.691
Instrumentos de dívida	-	989.138	555.155	1.799.179	260.185	3.603.657
Mensurado ao valor justo por outros resultados abrangentes	-	-	-	88.281	38.605	126.886
Instrumentos de dívida	-	-	-	88.281	38.605	126.886
Total	2.667.922	2.638.336	3.253.752	2.601.449	1.030.837	12.192.296

	2021					Total
	Sem Vencimento	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	Acima de 3 anos	
Ativos Financeiros						
Caixa e equivalentes de caixa	1.650.272	-	-	-	-	1.650.272
Mensurado ao custo amortizado	123.137	1.330.081	616.067	438.996	269.864	2.778.145
Instrumentos de dívida	-	35.436	37.027	205.641	269.864	547.968
Créditos a clientes	123.137	1.294.645	579.040	233.355	-	2.230.177
Mensurado ao valor justo no resultado	-	1.299.812	720.811	724.303	705.749	3.450.675
Instrumentos financeiros derivativos	-	60.216	80.434	121.739	135.822	398.211
Instrumentos de dívida	-	1.239.596	640.377	602.564	569.927	3.052.464
Mensurado ao valor justo por outros resultados abrangentes	-	902.455	506.065	81.111	36.639	1.526.270
Instrumentos de dívida	-	902.455	506.065	81.111	36.639	1.526.270
Total	1.773.409	3.532.348	1.842.943	1.244.410	1.012.252	9.405.362

Deutsche Bank Brasil
Demonstrações financeiras
Referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de Reais)

	2022					Total
	Sem Vencimento	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	Acima de 3 anos	
Passivos Financeiros						
Mensurado ao custo amortizado	(336.298)	(311.216)	(2.714.234)	(126.498)	(3.644.323)	(7.132.569)
Depósitos de clientes	(336.298)	(311.216)	(1.932.525)	(60.576)	(204.555)	(2.845.170)
Depósitos de instituições financeiras	-	-	(364.887)	(65.922)	-	(430.809)
Empréstimos e financiamentos	-	-	(416.822)	-	(3.439.768)	(3.856.590)
Mensurado ao valor justo por meio do resultado	-	(1.639.592)	(481.780)	(127.990)	(265.897)	(2.515.259)
Instrumentos financeiros derivativos	-	(1.639.592)	(481.780)	(127.990)	(265.897)	(2.515.259)
Total	(336.298)	(1.950.808)	(3.196.014)	(254.488)	(3.910.220)	(9.647.828)

	2021			
	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	Total
Passivos financeiros				
Mensurado ao custo amortizado	(3.154.397)	(2.220.024)	(314.757)	(5.689.178)
Depósitos de clientes	(1.004.335)	(2.161.052)	(314.757)	(3.480.144)
Depósitos de instituições financeiras	(207.322)	(58.972)	-	(266.294)
Empréstimos e financiamentos	(1.942.740)	-	-	(1.942.740)
Mensurado ao valor justo no resultado	(391.794)	(84.144)	(713.406)	(1.189.344)
Instrumentos financeiros derivativos	(391.794)	(84.144)	(713.406)	(1.189.344)
Total	(3.546.191)	(2.304.168)	(1.028.163)	(6.878.522)

Estrutura de Gerenciamento de Capital

A estrutura de gerenciamento de capital tem por objetivo garantir que o Banco mantenha um nível de capital adequado a partir das perspectivas econômicas e regulatórias, conforme estabelecido pela Resolução nº 4.557/2017 do Conselho Monetário Nacional e os níveis definidos no apetite de risco interno do DB Brasil.

Responsabilidade

A área de Treasury é responsável por garantir que o Banco mantenha um nível adequado de capital a partir das perspectivas econômicas e regulatórias. Também é de responsabilidade da área implementar a estrutura de gerenciamento de capital e emitir diretrizes internas com o intuito de executar todas as medidas necessárias para o gerenciamento do capital do Banco.

Plano de Capital

O Banco administra um modelo de capital prospectivo, desta forma, procurando alinhar o plano de capital com o planejamento estratégico para um horizonte mínimo de três anos.

O plano é elaborado considerando as principais oportunidades e ameaças apresentadas no mercado, projeções de balanços, receita, despesas e distribuição/retenção de dividendos.

Deutsche Bank Brasil
Demonstrações financeiras
Referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de Reais)

Processos de Gerenciamento de Capital

- Relatórios Gerenciais distribuídos diariamente e mensalmente;
- Plano de Capital;
- Simulação de Eventos Severos atrelado ao Plano de Contingência de Capital; e
- Aprovação de novos produtos

Responsabilidade Social Ambiental e Climática

Associado às diretrizes de sustentabilidade definidas do Grupo DB e em aderência a Resolução 4.945/21 do Banco Central do Brasil, o DB Brasil assume o compromisso com a proteção social, ambiental e climática como parte de seu modelo de negócios, adequado à dimensão e à relevância de suas operações e complexidade de produtos, serviços e atividades. Dessa forma, o DB Brasil exige que suas operações não se envolvam em atividades que possam causar danos à sociedade e seus indivíduos, através do desrespeito aos direitos humanos e/ou o bem-estar da população e, também, danos ao meio ambiente e/ou o patrimônio histórico.

O DB Brasil assume o compromisso com a proteção social, ambiental e climática como parte de seu modelo de negócios, adequado à dimensão e à relevância de suas operações e complexidade de produtos, serviços e atividades. Dessa forma, o DB Brasil exige que suas operações não se envolvam em atividades que possam causar danos à sociedade e seus indivíduos, através do desrespeito aos direitos humanos e/ou o bem-estar da população e, também, danos ao meio ambiente e/ou o patrimônio histórico.